



CEFET

M A R A N H ã O

2008

Relatório de Gestão



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO MARANHÃO



PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Fernando Haddad

**MINISTRO DE ESTADO DO CONTROLE E DA TRANSPARÊNCIA DA CONTROLADORIA
GERAL DA UNIÃO**
Dr. Jorge Hage Sobrinho



DIRETOR GERAL

José Ferreira Costa

VICE-DIRETOR

Antônio do Espírito Santo Paixão

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

Edinaldo Mourão Morais

DIRETOR DE ENSINO TÉCNICO

Luis Sérgio Ferreira Campos

DIRETOR DE ENSINO SUPERIOR

Marise Piedade Carvalho

DIRETOR DE RELAÇÕES EMPRESARIAIS E COMUNITÁRIAS

Fernando Antônio Carvalho de Lima



EQUIPE TÉCNICA

COORDENADOR DE PLANEJAMENTO

Francisco Roberto Brandão Ferreira

ASSISTENTE

Eulânia da Costa Almeida

PESQUISADOR INSTITUCIONAL

Carlos Alexsandro Lima Silva

CHEFE DO NÚCLEO DE ORÇAMENTO E PROGRAMA

Tereza Cristina Sousa Monteiro

CHEFE DO NÚCLEO DE ENGENHARIA E URBANISMO

Raimundo Nonato Pinheiro Corrêa Filho

DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO NÚCLEO AVANÇADO DE ALCÂNTARA

Humberto Arruda Guimarães

SUMÁRIO



p.

Ok
Ok

1	APRESENTAÇÃO	
2	IDENTIFICAÇÃO	
2.1	RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	
2.1	Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas	
3	ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO	
4	GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES	
4.1	Programas	
4.1.1	Programa 1073 – Brasil Universitário	
4.1.1.1	Dados Gerais	
4.1.1.2	Principais Ações do Programa	
4.1.1.3	Gestão das Ações	
4.1.1.3.1	Ação O9HB.26265.0001 – Contribuição, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	
4.1.1.3.1.1	Dados Gerais	
4.1.1.3.1.2	Resultados	
4.1.1.3.2	Ação 4004.26265.0021 – Serviços à Comunidade por meio da Extensão Universitária	
4.1.1.3.2.1	Dados Gerais	
4.1.1.3.2.2	Resultados	
4.1.1.3.3	Ação 4009.26265.0021 – Funcionamento de Cursos de Graduação	
4.1.1.3.3.1	Dados Gerais	
4.1.1.3.3.2	Resultados	
4.1.1.3.4	Ação 6368.26265.0094 – Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado a Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino	
4.1.1.3.4.1	Dados Gerais	
4.1.1.3.4.2	Resultados	
4.1.2	Programa 1067 – Gestão da Política de Educação	
4.1.2.1	Dados Gerais	
4.1.2.2	Principais Ações do Programa	
4.1.2.3	Gestão das Ações	
4.1.2.3.1	Ação 4572.26265.0021 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	
4.1.2.3.1.1	Dados Gerais	
4.1.2.3.1.2	Resultados	
4.1.3	Programa 1375 – Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica	
4.1.3.1	Dados Gerais	
4.1.3.2	Principais Ações do Programa	
4.1.3.3	Gestão das Ações	
4.1.3.3.1	Ação 4006.26265.0021 – Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação	
4.1.3.3.1.1	Dados Gerais	
4.1.3.3.1.2	Resultados	
4.1.4	Programa 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	
4.1.4.1	Dados Gerais	
4.1.4.2	Principais Ações do Programa	
4.1.4.3	Gestão das Ações	
4.1.4.3.1	Ação 2991.26265.0021 – Funcionamento do Ensino Médio na Rede Federal	
4.1.4.3.1.1	Dados Gerais	
4.1.4.3.1.2	Resultados	
4.1.4.3.2	Ação 2994.26265.0021 – Assistência do Educando da Educação Profissional	



- 4.1.4.3.2.1 Dados Gerais
- 4.1.4.3.2.2 Resultados
- 4.1.4.3.3 Ação 2E13.26265.0104 – Reforma e Modernização de Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Educação Tecnológica
- 4.1.4.3.3.1 Dados Gerais
- 4.1.4.3.3.2 Resultados
- 4.1.4.3.4 Ação 2E13.26265.0106 - Reforma e Modernização de Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Educação Tecnológica
- 4.1.4.3.4.1 Dados Gerais
- 4.1.4.3.4.2 Resultados
- 4.1.4.3.5 Ação 2E13.26265.0108 - Reforma e Modernização de Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Educação Tecnológica
- 4.1.4.3.5.1 Dados Gerais
- 4.1.4.3.5.2 Resultados
- 4.1.4.3.6 Ação 6301.26265.0021 – Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional
- 4.1.4.3.6.1 Dados Gerais
- 4.1.4.3.6.2 Resultados
- 4.1.5 Programa 1061 – Brasil Escolarizado
- 4.1.5.1 Dados Gerais
- 4.1.5.2 Principais Ações do Programa
- 4.1.5.3 Gestão das Ações
- 4.1.5.3.1 Ação 2991.26265.0021 – Funcionamento do Ensino Médio na Rede Federal
- 4.1.5.3.1.1 Dados Gerais
- 4.1.5.3.1.2 Resultados
- 4.1.6 Programa 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais
- 4.1.6.1 Dados Gerais
- 4.1.6.2 Principais Ações do Programa
- 4.1.6.3 Gestão das Ações
- 4.1.6.3.1 Ação 0005.26265.0033 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas
- 4.1.6.3.1.1 Dados Gerais
- 4.1.6.3.1.2 Resultados
- 4.1.7 Programa 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais
- 4.1.7.1 Dados Gerais
- 4.1.7.2 Principais Ações do Programa
- 4.1.7.3 Gestão das Ações
- 4.1.7.3.1 Ação 2004.26265.0021 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
- 4.1.7.3.1.1 Dados Gerais
- 4.1.7.3.1.2 Resultados
- 4.1.7.3.2 Ação 2010.26265.0021 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
- 4.1.7.3.2.1 Dados Gerais
- 4.1.7.3.2.2 Resultados
- 4.1.7.3.3 Ação 2011.26265.0021 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
- 4.1.7.3.3.1 Dados Gerais
- 4.1.7.3.3.2 Resultados
- 4.1.7.3.4 Ação 2012.25265.0021 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
- 4.1.7.3.4.1 Dados Gerais
- 4.1.7.3.4.2 Resultados
- 4.1.8 Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União
- 4.1.8.1 Dados Gerais



- 4.1.8.2 Principais Ações do Programa
- 4.1.8.3 Gestão das Ações
- 4.1.8.3.1 Ação 0181.26265.0021 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Cívicos
- 4.1.8.3.1.1 Dados Gerais
- 4.1.8.3.1.2 Resultados

- 5 DESEMPENHO OPERACIONAL**
- 5.1 Indicadores TCU/SETEC (Acórdão 2.267/2005)**
- 5.2 Indicadores de Gestão TCU/SESu (Decisão nº 408/2002 e Acórdãos 1.043/2006 e 2.167/2006)**
- 5.3 Responsável pelos Cálculos**
- 6 EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS**
- 7 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS**
- 8 RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**
- 9 DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO**
- 10 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA**
- 11 FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS**
- 12 RENÚNCIA TRIBUTÁRIA**
- 13 DECLARAÇÃO DE SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA**
- 14 OPERAÇÕES DE FUNDOS**
- 15 DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO**
- 16 RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADES DE CONTROLE INTERNO**
- 17 DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU**
- 18 ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO**
- 19 DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO**
- 20 INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**
- 21 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO**
- 22 CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS**

APRESENTAÇÃO



O Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão, enquanto Instituição Pública Federal, tem por obrigação legal tornar públicas as suas realizações e a aplicação de seus recursos através do Relatório de Gestão, divulgando-os entre os órgãos competentes e, principalmente à comunidade cefetiana e a sociedade na qual está inserida.

Constam neste relatório, de forma quantitativa e qualitativa, as atividades finalísticas do CEFET-MA realizadas ao longo do ano de 2008, quer no ensino técnico, de graduação, de pós-graduação, na pesquisa e na extensão. Espera-se que ele possa mostrar o esforço coletivo de sua comunidade docente, discente e de técnico-administrativos para implementar, no decorrer dessa Gestão, o Plano de Ação proposta à Instituição.

No campo da expansão, o CEFET-MA foi contemplado com mais três (03) Unidades de Ensino Descentralizadas: nos municípios de Açailândia, Santa Inês e São Luís (Centro Histórico). Destacamos, ainda, a criação do Núcleo Avançado no

município de Alcântara. Com isto, o CEFET-MA, além da sede, ficou com seis (06) Unidades de Ensino Descentralizadas e um Núcleo Avançado.

Em consequência desta política de Expansão do Ensino Tecnológico, o CEFET-MA, além de aumentar a sua oferta de vagas, possibilitou aos habitantes, às empresas e indústrias do interior do Maranhão oportunidades de crescimento no âmbito da qualificação profissional.

Este Relatório de Gestão procura atender as normas emanadas pela Decisão Normativa TCU – nº 93/08, combinada com a Instrução Normativa TCU – nº 57/08 e, ainda, a Portaria Nº 2.238, de 19 de dezembro de 2008, da Controladoria Geral da União.

Como forma de aferição da gestão, foram seguidas as determinações descritas na DN 408/2002 e nos Acórdãos nºs 2.267/05, 1.043/06 e 2.167/06 – TCU Plenário, através dos Indicadores de Desempenho Operacional.

São Luís, 24 de março de 2009.

1 IDENTIFICAÇÃO



Nome completo da unidade e sigla	Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão – CEFET-MA	
CNPJ	06.284.533/0001-29	
Natureza jurídica	Autarquia do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério da Educação	
Endereço completo da sede	Av. Getúlio Vargas 04 – Monte Castelo – São Luís/MA. CEP: 65.020-300 Fone(s): (98) 3218.9000 – 3218.9001 Fax: (98) 3218.9009	
Endereço da página institucional na internet	www.cefet-ma.br	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	<p>Lei nº 7.863, de 31 de outubro de 1989, que transformou a Escola Técnica Federal do Maranhão em Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão.</p> <p>A sua estrutura organizacional é estabelecida pela Portaria nº 941/07, de 14 de junho de 2007, publicada no DOU em 21 de junho de 2007.</p> <p>O CEFET-MA é regido por seu Estatuto, aprovado pela Portaria nº 3.476, de 12 de dezembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União, em 13 de dezembro de 2002.</p>	
Código da UG titular do relatório	153013 – Sede	
Códigos das UG abrangidas	153175 – Imperatriz 150175 – Zé Doca 150238 – Santa Inês 150239 – Açailândia 150240 – Buriticupu 150267 – São Luís	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Educação	
Tipo de atividade	Educação	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	CEFET-MA	153013
	Uned-Imperatriz	153175
	Uned-Zé Doca	150175
	Uned-Santa Inês	150238
	Uned-Açailândia	150239
	Uned-Buriticupu	150240
Uned-São Luís	150267	

2 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS



2.1 Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas

O CEFET-MA é uma instituição de ensino, de natureza jurídica autárquica, vinculada ao Ministério de Educação, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática, pedagógica e disciplinar. Possui como finalidade formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismo para educação continuada (Decreto nº 5.224, de 1º de outubro de 2004).

O CEFET-MA, dentre as políticas públicas orientadas para a ampliação e plenitude da cidadania, vem assumindo como estratégico, ao longo desses anos, o papel da educação, como um todo, e, especialmente, da Educação Profissional e Tecnológica para o desenvolvimento econômico e social sustentável do país, notadamente, de âmbito local e regional, resgatando a identidade e a função social da Instituição, oferecendo cursos com as necessidades de desenvolvimento sustentável tanto no aspecto econômico como no social, comprometendo-se em manter-se como uma escola pública de qualidade através da ação de Capacitação dos Servidores Públicos Federais.

Destacamos, ainda, dentro da Ação Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o comprometimento do CEFET-MA com a Política Pública de Inclusão Educacional e de Redução das Desigualdades Sociais, intensificando a sua interiorização dentro do Estado do Maranhão via implantação de Unidades de Ensino Descentralizadas ou Núcleo Avançado de Educação, conforme listagem a seguir, ou ainda, servindo de escola implantadora da Escola Agrotécnica Federal de São Raimundo das Mangabeiras.

- Unidade de Ensino Descentralizada de Santa Inês;
- Unidade de Ensino Descentralizada de Buriticupu;
- Unidade de Ensino Descentralizada de Zé Doca;
- Unidade de Ensino Descentralizada de Açailândia;
- Unidade de Ensino Descentralizada de São Luís;
- Unidade de Ensino Descentralizada de Timon;
- Unidade de Ensino Descentralizada de Caxias;
- Unidade de Ensino Descentralizada de Barreirinhas;
- Unidade de Ensino Descentralizada de São João dos Patos;
- Unidade de Ensino Descentralizada de Barra do Corda;
- Unidade de Ensino Descentralizada de Bacabal;
- Unidade de Ensino Descentralizada de Pinheiro;
- Núcleo Avançado de Alcântara.



Outro aspecto relevante que salientamos é o crescimento da oferta dos cursos profissionalizantes, tanto na modalidade EJA quanto na integrada (impulsionado, principalmente, pela implantação das novas unidades de ensino), inserido dentro do Programa de Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica, atendendo a Política Pública de Qualificação e Requalificação de Jovens e Adultos Trabalhadores que é parte indissociável das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda. Também, é fato, o aumento no nº. de matrículas na graduação e na pós-graduação, o que demonstra o comprometimento da atual gestão, dentro do Programa Brasil Universitário, para com as Políticas Públicas do Ensino Superior.

Um outro compromisso da atual gestão do CEFET-MA que podemos enfatizar é a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O que demonstra esse ponto é o crescimento da oferta de bolsas de monitoria e de iniciação científica (FAPEMA, CNPq e da própria Instituição) destinada aos nossos alunos, além da oferta de cursos de extensão à comunidade.

Dentre as Políticas Públicas Educacionais, a diretriz principal é a inclusão de alunos com necessidades especiais. O CEFET-MA, através da aquisição de equipamentos, adaptações feitas em sua infra-estrutura física (rampas, banheiros, salas, dentre outras) e criação de um Núcleo de Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais (NAPNES), vem atendendo a essa diretriz, propiciando a esses alunos a participação nas atividades cotidianas da escola, aprendendo as mesmas coisas que os demais - mesmo que de modos diferentes, garantindo um bom nível de educação para todos.

3 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO



A estratégia de atuação adotada pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão (CEFET-MA) tem como princípio as políticas governamentais do Ministério da Educação, disponibilizadas através de recursos da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) e da Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC), e definidas pelas ações descritas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2004-2008 do CEFET-MA, além dos Planos de Ações elaborados anualmente pelas Diretorias e Unidades Descentralizadas da Instituição, todos convergindo para a aplicação do Projeto Político Pedagógico, cujas diretrizes se voltam para uma política da igualdade, interdisciplinaridade, contextualização e educação para o processo de formação do cidadão direcionado para a participação ativa no conjunto da sociedade.

Em relação à oferta educacional, o CEFET-MA, assim como os demais CEFETs da rede federal, apresenta uma característica diferenciada dentre as instituições educacionais, pois se trata da flexibilidade curricular de verticalização da formação do estudante a partir da educação de nível médio integrada à educação profissional de nível técnico, articulada com as graduações tecnológicas, licenciaturas, engenharias, culminando com os programas de pós-graduação a nível de especializações, mestrados e doutorados.

O caminho percorrido pelo alunado da educação básica até a educação superior dentro dessas Instituições, numa mesma área de conhecimento científico e tecnológico, constitui um modelo de qualidade educacional já aprovado e comprovado no país, pelos resultados de destaque obtidos pelos egressos dos CEFETs.

Nesse sentido, cabe ressaltar outra questão muito importante dos CEFETs, ou seja: a otimização da infra-estrutura, quanto às instalações físicas de salas de aulas, laboratórios, equipamentos, salas especiais e outros ambientes de apoio didático-administrativo, bem como no que se refere aos recursos de pessoal técnico-administrativo e de docentes, uma vez que atendem simultaneamente de forma articulada tanto os níveis técnico e superior da educação profissional, como a pós-graduação. Essa condição tem oportunizado aos professores, entre outras coisas, associar teoria e prática em qualquer dos níveis de ensino, permitindo-lhes uma visão mais ampla da educação e de suas relações com o mundo do trabalho e com a sociedade em geral.

Através da construção do conhecimento científico e tecnológico e da prestação de serviços, o CEFET-MA desenvolve o seu ensino profissional, visando sempre contribuir para o desenvolvimento sustentável, local, regional e nacional. A democratização dos conhecimentos exige assumir a pesquisa e a extensão como princípios educativos em todos os níveis, a fim de acompanhar o acelerado ritmo das descobertas e avanços do mundo científico e das inovações tecnológicas que colocam à disposição dos setores produtivos novos materiais, sistemas informatizados de produção e novos processos e técnicas de gestão.

A partir dos eixos temáticos dos conteúdos curriculares, são incentivados os trabalhos de pesquisa e a investigação científica, fomentados a partir de bolsas de iniciação científica de Instituições como CNPq, FAPEMA, e do próprio CEFET em seu programa de assistência ao educando, propiciando assim a promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos que constituem o patrimônio da humanidade.

Articuladas com as atividades de pesquisa, surgem às ações de extensão, também incentivada com bolsas de extensão ao educando, garantindo a qualidade e legitimidade do trabalho acadêmico, a liberdade intelectual e a produção e divulgação de resultados, favorecendo a constituição de parcerias e acordos de intercâmbios com entidades, empresas e centros de excelência do país e do exterior, favorecendo a transferência de tecnologias sociais.

O maior desafio do CEFET-MA quanto as suas estratégias de atuação nos programas e ações governamentais deveu-se a continuidade da política de expansão do ensino profissionalizante que o governo federal teve no decorrer de 2008, com um avanço destacado no estado do Maranhão, uma vez que três novas Unidades de Ensino passaram a funcionar (Açailândia, Santa Inês e Centro Histórico de São Luís) somando-se as outras Unidades já existentes (Imperatriz, Buriticupu e Zé Doca), além de Unidade que iniciaram o processo de implantação no exercício 2008 (Timon, Caxias, São João dos Patos, Barra do Corda, Pinheiro, Bacabal e Barreirinhas) com início previsto ao longo do exercício 2009.

Ao mesmo tempo em que representou um grande desafio, fez a Instituição experimentar um significativo sentimento de eficácia, pois ao invés da tradicional gestão da Sede e da Unidade de Imperatriz, forçou o CEFET-MA a desenvolver suas ações através de Gestões Sistêmicas, pois tudo se voltava ou se volta para as novas Unidades, desde ao simples processo de compra de um equipamento ou material de consumo aos mais arrojados projetos de arquitetura dos ambientes ou a política de implantação de cursos que melhor atendesse a população, passando por um projeto pedagógico consistente que favorecesse o desenvolvimento da região. Além disso, a melhoria e o incremento de novas infra-estruturas (muitas das vezes como a construção mais imponente do município), a realização de concursos públicos (oportunizando emprego a população da região e do estado como um todo e favorecendo ao desenvolvimento econômico da região com a circulação da moeda na localidade), a interiorização e o aumento do número de vagas (oportunizando a população menos favorecida da cidade e região ao acesso ao ensino público e gratuito), bem como o surgimento de novos cursos, são algumas marcas desse desenvolvimento.

Para viabilizar o plano de ação institucional de 2008 frente à programação orçamentária definida pelo Governo Federal, foi desenvolvido um orçamento programado em função das metas previstas, com acompanhamento de custos permanente. Para os projetos, principalmente da área de investimentos, cujos gastos o orçamento próprio não conseguia atender, o CEFET-MA buscou financiamento junto ao Ministério da Educação, ou junto à bancada maranhense na Câmara Federal, tendo obtido o apoio necessário em ambos os casos, conforme mostram a LDO/2008 e o demonstrativo de recursos recebidos por descentralização orçamentária.



Merece destaque também, quanto às estratégias utilizadas, pois as mesmas funcionaram como condições essenciais para superar as dificuldades impostas à prática da gestão, na essência condicionada na sua autonomia por questões de legislação, de estrutura administrativa ainda não compatível com o verdadeiro cenário, de quadro de pessoal insuficiente para a dimensão e responsabilidades requeridas, além de uma programação orçamentária contingenciada nos primeiros quatros meses do exercício 2008, dificultando assim a aplicação do planejamento pedagógico de uma Instituição de Ensino.



4. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

Com base no PPA 2007-2011, o CEFET-MA planejou para o exercício 2008 a execução de 08 programas e 19 ações na sua totalidade, assim descritos:

Programas:

- Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica;
- Brasil Universitário;
- Gestão da Política de Educação;
- Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica;
- Brasil Escolarizado;
- Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais;
- Apoio Administrativo;
- Previdência de Inativos e Pensionistas da União.

Ações:

- Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas;
- Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis;
- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais;
- Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes;
- Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados;
- Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados;
- Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados;
- Funcionamento do Ensino Médio na Rede Federal;
- Funcionamento da Educação Profissional;
- Assistência ao Educando da Educação Profissional;
- Reforma e Modernização de Infra-estrutura Física das Instituições Federais de Educação Tecnológica;
- Reforma e Modernização de Infra-estrutura Física das Instituições Federais de Educação Tecnológica (Localizador: Unidade Imperatriz);
- Reforma e Modernização de Infra-estrutura Física das Instituições Federais de Educação Tecnológica (Localizador: Modernização da Biblioteca – São Luís-MA);
- Serviços à Comunidade por meio da Extensão Universitária;
- Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação;
- Funcionamento dos Cursos de Graduação;
- Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação;



- Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional;
- Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado a Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino (Localizador: Unidade Imperatriz).

4.1 Programas

4.1.1 Programa 1073 – Brasil Universitário

4.1.1.1 Dados gerais

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento.
Gerente do Programa	Maria Paula Dallari Bucci
Gerente Executivo	
Indicadores ou Parâmetros Utilizados	Coeficiente de Alunos por Docentes em Exercício na Educação Superior; Taxa de Docentes (em Exercício) com Doutorado Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial; Taxa de Docentes (em Exercício) com Graduação Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial; Taxa de Docentes (em Exercício) com Mestrado Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior – Graduação; Taxa de Matrícula de Alunos em Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial - no Turno Noturno; Taxa de Matrículas de Alunos em Cursos de Graduação Presenciais no Turno Noturno.
Público-Alvo (Beneficiários)	Alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, bem como bolsistas das IES privadas.

4.1.1.2 Principais Ações do Programa

O funcionamento do ensino da graduação é a principal Ação deste Programa, pois mantém todas as políticas do ensino superior da Instituição, além de contemplar o orçamento da folha de pessoal ativo de toda a Instituição, bem como a Ação de contribuição da Autarquia para o Regime de Previdência dos Servidores Federais.

Merecem destaques ainda as Ações de serviços à comunidade por meio da extensão e o Instrumental para o Ensino e a Pesquisa da Instituição que contemplam diretamente as atividades básicas do ensino da graduação, isto é: ensino, pesquisa e extensão.



4.1.1.3 Gestão das ações

4.1.1.3.1 Ação 09HB.26265.0001 – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

4.1.1.3.1.1 Dados gerais

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Unidades executoras	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador da ação	Francisco Roberto Brandão Ferreira

4.1.1.3.1.2 Resultados

Essa Ação de despesas com pessoal de cunho Nacional foi realizada de acordo com a legislação vigente, através dos sistemas SIAPE e SIAFI, onde foram feitas as apropriações e efetuadas todas as retenções e recolhimentos das Contribuições da União em 2008.

Vale ressaltar que o controle das metas físicas previstas e realizadas são monitoradas pela equipe de âmbito nacional.

Metas Físicas		Metas Financeiras	
Previstas	Realizadas	Previstas	Realizadas
-	-	7.292.487,00	7.184.794,00

4.1.1.3.2 Ação 4004.26265.0021 – Serviços à Comunidade por meio da Extensão Universitária



4.1.1.3.2.1 Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Oportunizar ao aluno universitário a consolidação dos conhecimentos com a prática, mediante atividades voltadas à coletividade, viabilizando a prestação de serviços sociais e integração entre a Instituição e a comunidade.
Descrição	Realização de cursos de capacitação e qualificação de recursos humanos; promoção de congressos, seminários, e simpósios científicos e culturais; desenvolvimento de programas de assistência social a comunidades carentes; e, implementação de ações educativas e culturais, além da manutenção da infra-estrutura da extensão universitária para garantir o seu funcionamento.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Unidades executoras	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador da ação	Francisco Roberto Brandão Ferreira

4.1.1.3.2.2 Resultados

Esta Ação foi implementada na Instituição no exercício 2008, daí a pequena movimentação de recursos orçamentários, porém o seu alcance já demonstra bastante interesse principalmente no alunado que tem a oportunidade de praticar suas experiências junto à sociedade, o que é demonstrado na meta física que se comportou com um ligeiro aumento na realizada em relação a prevista.

Metas Físicas		Metas Financeiras	
Previstas	Realizadas	Previstas	Realizadas
50	55	50.000,00	44.344,09

4.1.1.3.3 Ação 4009.26265.0021 – Funcionamento de Cursos de Graduação



4.1.1.3.3.1 Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir o funcionamento dos cursos de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento pautada em regras curriculares.
Descrição	Desenvolvimento de ações para assegurar a manutenção e o funcionamento dos cursos de graduação nas Instituições Federais de Ensino Superior, incluindo participação em órgãos colegiados que congreguem o conjunto das instituições federais de ensino superior, manutenção de serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos e de pessoal ativo, bem como a manutenção de infra-estrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Unidades executoras	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador da ação	Francisco Roberto Brandão Ferreira

4.1.1.3.3.2 Resultados

Nesta Ação o volume total da meta financeira realizada (96,14%) corresponde a pagamento de pessoal e 3,85% (o equivalente a R\$ 1.449.326,59) foi destinado para despesas de funcionamento dos cursos de graduação.

Sua Meta Física realizada, a qual se leva em consideração o número de alunos matriculados no ensino superior da Instituição, se manifestou com um ligeiro decréscimo em relação à meta física prevista, devido principalmente à conclusão de cursos de graduação conveniados com municípios.



Metas Físicas		Metas Financeiras	
Previstas	Realizadas	Previstas	Realizadas
1101	936	37.978.448,00	37.627.655,44

4.1.1.3.4 Ação 6368.26265.0094 – Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado a Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino

4.1.1.3.4.1 Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	
Descrição	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Unidades executoras	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador da ação	Francisco Roberto Brandão Ferreira

4.1.1.3.4.2 Resultados

Ação desenvolvida na íntegra com recursos orçamentários oriundos de emenda parlamentar para aplicação direta de instrumental para o ensino e a pesquisa do ensino superior da Instituição.

Metas Físicas		Metas Financeiras	
Previstas	Realizadas	Previstas	Realizadas
1	1	200.000,00	199.704,63

4.1.2 Programa 1067 – Gestão da Política de Educação

4.1.2.1 Dados gerais

Tipo de Programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação.
Gerente do Programa	Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha



Gerente Executivo	
Indicadores ou Parâmetros Utilizados	
Público-Alvo (Beneficiários)	Governo

4.1.2.2 Principais Ações do Programa

Promove a qualificação e a capacitação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Realiza ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em capacitação fora da sede de localização, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

4.1.2.3 Gestão das ações

4.1.2.3.1 Ação 4572.26265.0021 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

4.1.2.3.1.1 Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Unidades executoras	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador da ação	Francisco Roberto Brandão Ferreira



4.1.2.3.1.2 Resultados

A Ação contemplada de forma favorável a sua meta física, uma vez que houve a capacitação e qualificação de 157 servidores ao longo de 2008, sendo comprometido para tal 88% dos recursos orçamentários. É importante mencionar que todas as solicitações individuais foram atendidas na medida em que se coadunavam com a política de capacitação da Instituição, tanto ao nível de aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado.

Metas Físicas		Metas Financeiras	
Previstas	Realizadas	Previstas	Realizadas
150	157	130.000,00	113.732,98

4.1.3 Programa 1375 – Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica

4.1.3.1 Dados gerais

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Formar pessoal de alto nível no país e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil.
Gerente do Programa	Jorge Almeida Guimarães
Gerente Executivo	
Indicadores ou Parâmetros Utilizados	
Público-Alvo (Beneficiários)	Alunos de Pós-Graduação, professores de ensino superior, pesquisadores, bem como o cidadão graduado que demonstre interesse em capacitação pós-graduada.

4.1.3.2 Principais Ações do Programa

Ação Institucional que desenvolve políticas de ensino, pesquisa e extensão voltadas para a produção do conhecimento científico direcionadas principalmente para a melhoria da educação do estado do Maranhão como um todo.



4.1.3.3 Gestão das ações

4.1.3.3.1 Ação 4006.26265.0021 – Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação

4.1.3.3.1.1 Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento pautada em regras curriculares.
Descrição	Desenvolvimento de ações para assegurar a manutenção e o funcionamento dos cursos de pós-graduação nas Instituições Federais de Ensino Superior, correspondendo a dispêndios com a coordenação dos programas de pós-graduação, abrangendo organização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, manutenção de serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos, entre outros, bem como a manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Unidades executoras	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador da ação	Francisco Roberto Brandão Ferreira

4.1.3.3.1.2 Resultados

As metas, física e financeira atingiram completamente seus objetivos conforme mostram os números a seguir.

Metas Físicas		Metas Financeiras	
Previstas	Realizadas	Previstas	Realizadas
40	40	190.000,00	189.112,78



4.1.4 Programa 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

4.1.4.1 Dados gerais

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade.
Gerente do Programa	Eliezer Moreira Pacheco
Gerente Executivo	
Indicadores ou Parâmetros Utilizados	Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Técnico; Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Tecnológico.
Público-Alvo (Beneficiários)	Jovens e adultos que buscam formação profissional técnica, e superior tecnológica e professores da Educação Básica e da Educação Profissional.

4.1.4.2 Principais Ações do Programa

Este Programa é um dos mais importantes do CEFET-MA e se constitui no carro chefe do ensino profissional e tecnológico, pois o mesmo agrega várias ações voltadas à sua funcionalidade, tais como: a manutenção e funcionamento dos cursos da educação profissional; a assistência ao educando; o acervo bibliográfico; reforma e modernização da infra-estrutura da Instituição além da política de expansão do ensino profissional do governo federal.

4.1.4.3 Gestão das ações

4.1.4.3.1 Ação 2992.26265.0021 – Funcionamento da Educação Profissional

4.1.4.3.1.1 Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a manutenção e custeio das instituições da rede federal de educação profissional, visando assegurar o desempenho da sua finalidade precípua, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino.
Descrição	Manutenção das instituições, por meio da sua gestão administrativa, financeira e técnica, incluindo participação em órgãos colegiados que



	congreguem o conjunto dessas instituições, bem como manutenção de infra-estrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Unidades executoras	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador da ação	Francisco Roberto Brandão Ferreira

4.1.4.3.1.2 Resultados

O orçamento realizado para o funcionamento da educação profissional foi na ordem de R\$ 7.884.848,82 o qual mostra a importância dessa ação para a Instituição, pois grande parte das despesas de funcionamento e de custeio dentre elas aquisição de equipamentos e material permanente, além de material de consumo e prestação de serviços em geral se consolidam.

Vale ressaltar que a meta física realizada foi bem maior do que a meta física prevista, isto é, número de alunos matriculados realizados maior que o previsto, devido ao aumento do número de vagas ofertado no processo seletivo nas Unidades São Luís Sede e Imperatriz e, principalmente pelo início de funcionamento das Unidades de Açailândia, Buriticupu, São Luís-Centro Histórico, Santa Inês e Zé Doca, além do núcleo avançado de Alcântara.

Metas Físicas		Metas Financeiras	
Previstas	Realizadas	Previstas	Realizadas
1850	3343	8.085.000,00	7.884.848,82

4.1.4.3.2 Ação 2994.26265.0021 – Assistência do Educando da Educação Profissional

4.1.4.3.2.1 Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho na escola.



Descrição	Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do aluno na escola.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Unidades executoras	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador da ação	Francisco Roberto Brandão Ferreira

4.1.4.3.2.2 Resultados

Ação que objetiva o fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, bolsas sócio-econômica, monitoria e de iniciação científica, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do aluno na escola.

A Assistência ao Educando é, portanto, a Ação que contempla mais imediatamente o aluno, pois ajuda a diminuir, de uma forma geral, os índices de evasão escolar e garantir a inclusão social, uma vez que significativa parcela é oriunda de escolas públicas e precisam de suporte financeiro quando ingressam na Instituição para garantir sua manutenção na Instituição.

Os índices mostram que a meta física atingiu integralmente, pois contemplou 911 alunos ao longo do exercício 2008, nas mais variadas formas que o CEFET-MA propicia, realizando um gasto financeiro de R\$ 520.478,50, o que representa 90% dos recursos originalmente previstos.

Metas Físicas		Metas Financeiras	
Previstas	Realizadas	Previstas	Realizadas
785	911	575.129,00	520.478,50

4.1.4.3.3 Ação 2E13.26265.0104 – Reforma e Modernização de Infra-estrutura Física das Instituições Federais de Educação Tecnológica

4.1.4.3.3.1 Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	



Descrição	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Unidades executoras	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador da ação	Francisco Roberto Brandão Ferreira

4.1.4.3.3.2 Resultados

As metas, física e financeira atingiram completamente seus objetivos conforme mostram os números a seguir.

Metas Físicas		Metas Financeiras	
Previstas	Realizadas	Previstas	Realizadas
1	1	150.000,00	148.979,38

4.1.4.3.4 Ação 2E13.26265.0106 – Reforma e Modernização de Infra-estrutura Física das Instituições Federais de Educação Tecnológica

4.1.4.3.4.1 Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	
Descrição	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Unidades executoras	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador da ação	Francisco Roberto Brandão Ferreira

4.1.4.3.4.2 Resultados

As metas, física e financeira atingiram completamente seus objetivos conforme mostram os números a seguir.



Metas Físicas		Metas Financeiras	
Previstas	Realizadas	Previstas	Realizadas
1	1	100.000,00	100.000,00

4.1.4.3.5 Ação 2E13.26265.0108 – Reforma e Modernização de Infra-estrutura Física das Instituições Federais de Educação Tecnológica

4.1.4.3.5.1 Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	
Descrição	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Unidades executoras	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador da ação	Francisco Roberto Brandão Ferreira

4.1.4.3.5.2 Resultados

As metas, física e financeira atingiram completamente seus objetivos conforme mostram os números a seguir.

Metas Físicas		Metas Financeiras	
Previstas	Realizadas	Previstas	Realizadas
1	1	100.000,00	99.530,71

4.1.4.3.6 Ação 6301.26265.0021 – Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional

4.1.4.3.6.1 Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Ampliar e atualizar o acervo bibliográfico das instituições da Rede Federal de Educação Profissional.
Descrição	Financiamento mediante a aprovação de projetos que identifiquem as deficiências existentes no acervo da instituição e proponha sua atualização e recomposição.



Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Unidades executoras	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador da ação	Francisco Roberto Brandão Ferreira

4.1.4.3.6.2 Resultados

Essa Ação é contemplada a partir do Programa de Desenvolvimento da Educação Profissional, com o propósito de disponibilizar recursos orçamentários específicos para a melhoria do Acervo Bibliográfico do CEFET-MA e, sendo assim, tratada como Política Institucional para que os docentes, administrativos, alunos e comunidade em geral disponham de material didático impresso para consultas e empréstimos, sendo fundamental essa condição para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Suas metas, físicas e financeiras, realizadas ficaram aquém das previstas devido aos vários itens listados de edição nacional e estrangeira não ter sido contemplado no processo licitatório.

Metas Físicas		Metas Financeiras	
Previstas	Realizadas	Previstas	Realizadas
3.742	2.554	187.104,00	110.270,10

4.1.5 Programa 1061 – Brasil Escolarizado

4.1.5.1 Dados gerais

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Contribuir para a universalização da Educação Básica, assegurando equidade nas condições de acesso e permanência.
Gerente do Programa	Daniel Silva Balaban
Gerente Executivo	
Indicadores ou Parâmetros Utilizados	
Público-Alvo (Beneficiários)	Crianças, adolescentes e jovens.



4.1.5.2 Principais Ações do Programa

Suas principais ações estão dispostas na proposta do projeto político pedagógico do CEFET-MA, a partir do momento que resgata o ensino médio integrado ao ensino técnico, favorecendo assim ao aluno o benefício da realização do curso técnico a nível médio, integrando o mesmo ao mercado de trabalho e não o inviabilizando na busca pela educação de nível superior.

4.1.5.3 Gestão das ações

4.1.5.3.1 Ação 2991.26265.0021 – Funcionamento do Ensino Médio na Rede Federal

4.1.5.3.1.1 Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a manutenção e custeio da rede federal responsável pela oferta de vagas de Ensino Médio, visando melhoria de sua qualidade e propiciando condições para absorver as mudanças das novas diretrizes para este nível de ensino.
Descrição	Manutenção das instituições, por meio da sua gestão administrativa, financeira e técnica, de modo a propiciar condições de funcionamento do Ensino Médio nas instituições federais de ensino e no Colégio Pedro II, incluindo restauração/modernização das edificações/instalações por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação, bem como aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Unidades executoras	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador da ação	Francisco Roberto Brandão Ferreira

4.1.5.3.1.2 Resultados

Os recursos financeiros realizados (R\$ 1.269.918,43) representam 96% dos recursos previstos na LDO, refletindo principalmente para as despesas de funcionamento, os quais mostram a necessidade de investimento também para os cursos de nível médio.

Quanto à meta física realizada se percebeu um aumento considerável em relação à prevista (por volta de 157%), dando sinais de aprovação quanto ao modelo de curso médio integrado ao técnico.



Metas Físicas		Metas Financeiras	
Previstas	Realizadas	Previstas	Realizadas
1.140	1.795	1.315.000,00	1.269.918,43

4.1.6 Programa 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

4.1.6.1 Dados gerais

Tipo de Programa	Operações Especiais
Objetivo Geral	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais
Gerente do Programa	
Gerente Executivo	
Indicadores ou Parâmetros Utilizados	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais
Público-Alvo (Beneficiários)	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

4.1.6.2 Principais Ações do Programa

Trata-se de Ação que contempla os servidores que tem direito a cumprimento de sentenças judiciais transitado em julgado (precatórios). Salientando-se que o monitoramento é diretamente feito pela equipe da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação.

4.1.6.3 Gestão das ações

4.1.6.3.1 Ação 0005.26265.0033 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas

4.1.6.3.1.1 Dados gerais

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Cumprir as decisões judiciais relativas a Sentenças



	Judiciais Transitadas em Julgado devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas.
Descrição	Pagamento de precatórios devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas em razão de Sentença Transitada em Julgado.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Unidades executoras	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador da ação	Francisco Roberto Brandão Ferreira

4.1.6.3.1.2 Resultados

As metas financeiras atingiram completamente seus objetivos conforme mostram os números a seguir.

Metas Físicas		Metas Financeiras	
Previstas	Realizadas	Previstas	Realizadas
-	-	81.008,00	81.008,00

4.1.7 Programa 0750 – Apoio Administrativo

4.1.7.1 Dados gerais

Tipo de Programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Gerente do Programa	
Gerente Executivo	
Indicadores ou Parâmetros Utilizados	
Público-Alvo (Beneficiários)	Governo

4.1.7.2 Principais Ações do Programa

Ação que prevê assistência médica e odontológica através de contratação de plano de saúde a todos os servidores ativos e inativos e a seus dependentes.



4.1.7.3 Gestão das ações

4.1.7.3.1 Ação 2004.26265.0021 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

4.1.7.3.1.1 Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Unidades executoras	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador da ação	Francisco Roberto Brandão Ferreira

4.1.7.3.1.2 Resultados

A estimativa inicial do número de servidores ativos e seus dependentes quando da dotação original contemplava um orçamento de R\$ 538.224,00 para atender 1.068 servidores (docentes e técnicos administrativos). Quando da publicação da LDO houve corte orçamentário no valor de 57%, contemplando apenas os servidores técnicos administrativos (479) em forma de ressarcimento.

Metas Físicas		Metas Financeiras	
Previstas	Realizadas	Previstas	Realizadas
1.068	479	227.224,00	228.368,00

4.1.7.3.2 Ação 2010.26265.0021 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados



4.1.7.3.2.1 Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Unidades executoras	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador da ação	Francisco Roberto Brandão Ferreira

4.1.7.3.2.2 Resultados

Essa Ação de despesas com benefícios aos servidores da Instituição foi realizada de acordo com a legislação vigente, através dos sistemas SIAPE e SIAFI, onde foram feitas as apropriações e efetuados os pagamentos de todos os servidores beneficiados, com pagamentos médios mensais de 135 crianças atendidas de 0 a 6 anos de idade em 2008.

Metas Físicas		Metas Financeiras	
Previstas	Realizadas	Previstas	Realizadas
109	135	95.976,00	93.449,28

4.1.7.3.3 Ação 2011.26265.0021 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

4.1.7.3.3.1 Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de



	vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Unidades executoras	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador da ação	Francisco Roberto Brandão Ferreira

4.1.7.3.3.2 Resultados

Essa Ação de despesas com benefícios aos servidores da Instituição foi realizada de acordo com a legislação vigente, através dos sistemas SIAPE e SIAFI, onde foram feitas as apropriações e efetuados os pagamentos de todos os servidores beneficiados, com pagamentos médios mensais de 538 servidores atendidos em 2008, propiciando um aumento das metas físicas em detrimento da prevista, ocasionado pelo ingresso de novos servidores na Instituição a partir da implantação do programa de expansão do ensino tecnológico do governo federal ao longo do exercício, o que fez com que a meta financeira realizada não tenha sofrido aumento.

Metas Físicas		Metas Financeiras	
Previstas	Realizadas	Previstas	Realizadas
232	538	348.952,00	286.292,25

4.1.7.3.4 Ação 2012.26265.0021 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados



4.1.7.3.4.1 Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Unidades executoras	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador da ação	Francisco Roberto Brandão Ferreira

4.1.7.3.4.2 Resultados

Essa Ação de despesas com benefícios aos servidores da Instituição foi realizada de acordo com a legislação vigente, através dos sistemas SIAPE e SIAFI, onde foram feitas as apropriações e efetuados os pagamentos de todos os servidores beneficiados, com pagamentos médios mensais de 762 servidores atendidos em 2008, tendo como consequência um aumento das metas físicas realizadas em detrimento da prevista, ocasionado também pelo ingresso de novos servidores na Instituição a partir da implantação do programa de expansão do ensino tecnológico do governo federal ao longo do ano.

Metas Físicas		Metas Financeiras	
Previstas	Realizadas	Previstas	Realizadas
624	762	1.043.490,00	1.030.681,71

4.1.8 Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União



4.1.8.1 Dados gerais

Tipo de Programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral	Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes
Gerente do Programa	
Gerente Executivo	
Indicadores ou Parâmetros Utilizados	Taxa de Comprometimento da Receita Líquida da União
Público-Alvo (Beneficiários)	Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas

4.1.8.2 Principais Ações do Programa

Pagamento de benefícios previdenciários aos servidores inativos e pensionistas é a principal ação constituída neste Programa.

4.1.8.3 Gestão das ações

4.1.8.3.1 Ação 0181.26265.0021 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis

4.1.8.3.1.1 Dados gerais

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	
Descrição	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Unidades executoras	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador da ação	Francisco Roberto Brandão Ferreira



4.1.8.3.1.2 Resultados

Para garantir a manutenção sócio-econômica do servidor aposentado e dos pensionistas foi gasta a quantia de R\$ 16.707.972,70, correspondendo a meta física de 390 pessoas aposentadas e instituidoras de pensão.

Metas Físicas		Metas Financeiras	
Previstas	Realizadas	Previstas	Realizadas
375	390	16.770.954,00	16.707.972,70



5 INDICADORES DE GESTÃO

Os indicadores podem ser de três tipos, quais sejam: de eficiência, de eficácia ou de efetividade. Na análise, as definições de eficiência, eficácia e efetividade utilizadas foram:

- **Eficiência:** Capacidade da organização de utilizar, com rendimento máximo, todos os insumos necessários ao cumprimento dos seus objetivos. A eficiência preocupa-se com os meios, com os métodos e com os procedimentos planejados e organizados a fim de assegurar otimização dos recursos disponíveis.
- **Eficácia:** Capacidade da organização de cumprir os seus objetivos, nos prazos estabelecidos.
- **Efetividade:** Impacto de uma programação em termos de solução de problemas. Qualidade do que gera efeito real e resultado verdadeiro.

5.1 Indicadores TCU/SETEC (Acórdão 2.267/2005)

- Relação Candidato / Vaga (Indicador de Eficiência)

Objetivo: Identificar a relação candidato/vaga.

Definições:

Inscrições: número de inscrições para vestibular e processos seletivos.

Vagas ofertadas: número de vagas ofertadas em editais de oferta de vagas por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.

Método de Cálculo:

$$\text{Indicador} = \frac{\text{Inscrições}}{\text{Vagas}}$$

Unidade	2006		2007		2008	
	Inscrições	Vagas Ofertadas	Inscrições	Vagas Ofertadas	Inscrições	Vagas Ofertadas
Sede	14.159	882	20.029	871	10.920	984
Imperatriz	2.798	430	2.815	360	3.653	475
Zé Doca	-	-	461	120	1.217	240
Buriticupu	-	-	359	120	571	240
Açailândia	-	-	-	-	554	200
Centro Histórico	-	-	-	-	420	200
Santa Inês	-	-	-	-	1.159	160
Alcântara	-	-	-	-	171	120
Total	16.957	1.312	23.664	1.471	18.665	2.619
Índice	12,92		16,09		7,13	

Fonte: Comissão Permanente de Concursos

Análise: Verifica-se neste indicador, um aumento do índice, isto é, da concorrência em relação aos anos de 2006 e 2007, devido ao aumento do nº de inscrições o qual foi motivado pela abertura principalmente do Curso Técnico em Ferrovia em parceria com a VALE o que

equivale a dizer estágio remunerado ao final do curso com grande possibilidade de empregabilidade. Já no ano de 2008, com a abertura de novas unidades, o nº de vagas ofertadas aumentou, resultando na queda do índice em relação ano anterior.

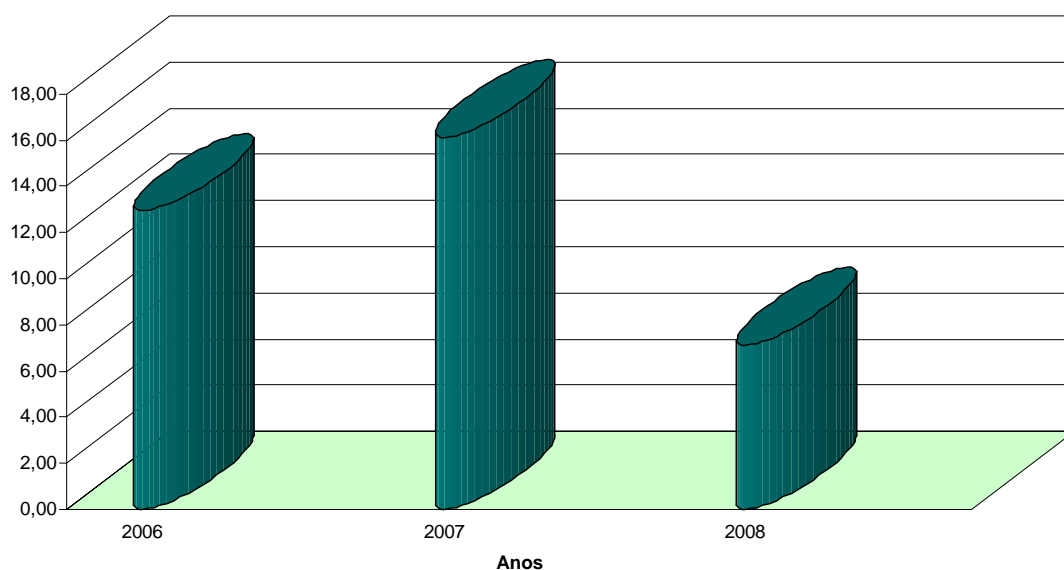


Gráfico 1. CEFET-MA, 2006-2008.

- Relação Ingressos/Alunos (Indicador de Eficiência)

Objetivo: Quantificar a taxa de ingressos em relação ao total de alunos.

Definições:

Ingressos: número de alunos ingressos por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.

Alunos matriculados: corresponde ao total de matrículas no ano, considerando o conceito de matrículas do INEP/CENSO.

$$\text{Indicador} = \frac{\text{Número de Ingressos}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100$$

Unidade	2006		2007		2008	
	Ingressos	Matrículas	Ingressos	Matrículas	Ingressos	Matrículas
Sede	844	2.278	837	2.320	999	2.256
Imperatriz	435	898	363	804	505	907
Zé Doca	-	-	120	106	239	326
Buritcupu	-	-	119	119	249	338
Açailândia	-	-	-	-	166	154,5
Centro Histórico	-	-	-	-	192	192
Santa Inês	-	-	-	-	200	201,5
Alcântara	-	-	-	-	116	116
Total	1.279	3.176	1.439	3.349	2.666	4.490

Índice	40,27	42,97	59,38
---------------	--------------	--------------	--------------

Fonte: DETEC, DESU, UNED's.

Análise: No período 2006-2008, o indicador teve um aumento considerável devido à política de expansão da rede de ensino profissionalizante com a abertura de novas unidades de ensino, conseqüentemente, aumento no nº de ofertas de vagas.

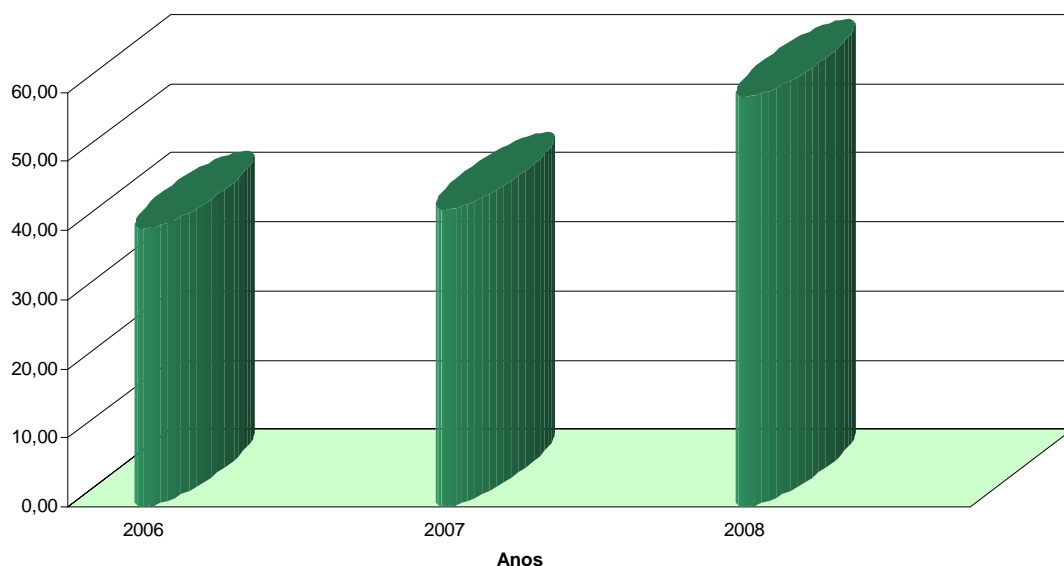


Gráfico 2. CEFET-MA, 2006-2008.

- Relação de Concluintes/Alunos (Indicador de Eficiência)

Objetivo: Quantificar a taxa de concluintes em relação ao total de alunos.

Definições:

Concluinte: é o aluno que integralizou os créditos, está apto a colar grau.

Alunos matriculados: corresponde ao total de matrículas no ano, considerando o conceito de matrículas do INEP/CENSO.

$$\text{Indicador} = \frac{\text{Número de Concluintes}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100$$

Unidade	2006		2007		2008	
	Concluintes	Matrículas	Concluintes	Matrículas	Concluintes	Matrículas
Sede	746	2.278	508	2.320	609	2.256
Imperatriz	276	898	241	804	190	907
Zé Doca	-	-	0	106	0	325,5
Buriticupu	-	-	0	119	0	337,5
Açailândia	-	-	-	-	0	192

Centro Histórico	-	-	-	-	0	201,5
Santa Inês	-	-	-	-	0	154,5
Alcântara	-	-	-	-	0	116
Total	1.022	3.176	749	3.349	799	4.490
Índice	32,18		22,36		17,80	

Fonte: DETEC, DESU e UNED's,



Análise: A queda do índice no período entre 2006 e 2008 foi devido ao encerramento de várias turmas de graduação ofertadas através de convênio firmado entre o CEFET-MA e diversos municípios do Estado. Com o término gradativo dos convênios, a Instituição passa a trabalhar com o número de alunos concluintes efetivamente pertencentes a suas Unidades, tendo como consequência o retrato real deste indicador.

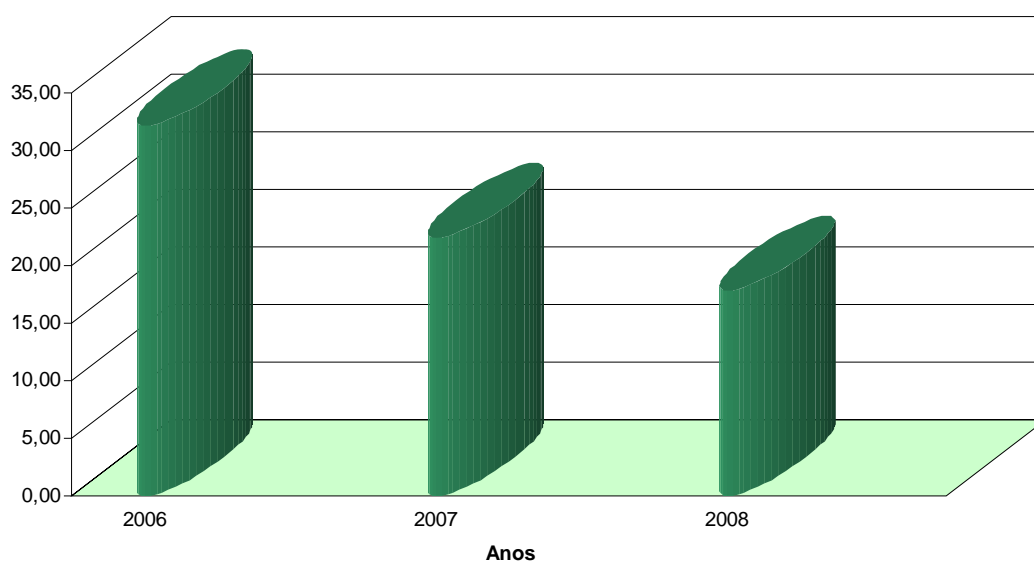


Gráfico 3. CEFET-MA, 2006-2008.

- Eficiência Acadêmica - Concluintes

Objetivo: Quantificar a eficiência nas Instituições.

$$\text{Indicador} = \frac{\sum \text{Número de Concluintes}}{\sum \text{N}^\circ \text{ de Ingressos ocorridos por periodicidade equivalente}} \times 100$$

Modalidade de Ensino	2006		2007		2008	
	Concluintes	Ingressos	Concluintes	Ingressos	Concluintes	Ingressos
Médio e Técnico (3 anos)	367	166	394	441	415	467
Técnico (2 anos)	489	573	293	466	305	597
Engenharias (5 anos)	54	52	16	75	21	70

Tecnologia (3 anos)	30	58	7	30	8	23
Licenciatura (4 anos)	145	469	37	170	35	189
Mestrado (2 anos)	0	0	2	20	15	20
Total	1085	1318	749	1202	799	1.366
Índice	82,32		62,31		58,45	

Fonte: DETEC, DESU e UNED's.

Análise: Verifica-se uma diminuição deste índice em relação ao ano anterior, devido ao desequilíbrio do número de concluintes (diminuição) oriundos de anos anteriores aos efetivamente ingressados. Novamente, conseqüência do término das turmas conveniadas com Prefeituras Municipais.

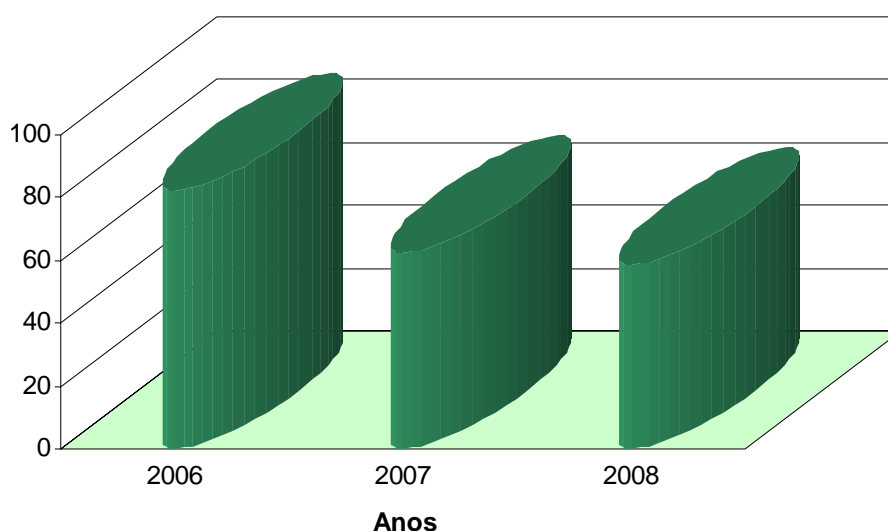


Gráfico 4. CEFET-MA, 2006-2008.

- Retenção do Fluxo Escolar (Indicador de Eficiência)

Objetivo: Quantificar a taxa de retenção do fluxo escolar em relação ao total de alunos

Definições:

Reprovação + Trancamento: número de alunos que trancaram o curso ou foram reprovados (Retenção Escolar)

Alunos matriculados: corresponde ao total de matrículas no ano, considerando o conceito de matrículas do INEP/CENSO.

$$\text{Indicador} = \frac{\text{Número de Alunos Retidos}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100$$

Unidade	2006		2007		2008	
	Retidos	Matrículas	Retidos	Matrículas	Retidos	Matrículas
Sede	95	2.278	45	2.320	92	2.256
Imperatriz	20	898	8	804	53	907
Zé Doca	-	-	0	106	0	325,5
Buriticupu	-	-	0	119	0	337,5
Açailândia	-	-	-	-	0	192
Centro Histórico	-	-	-	-	0	201,5
Santa Inês	-	-	-	-	12	154,5
Alcântara	-	-	-	-	0	116
Total	115	3.176	53	3.349	157	4490
Índice	3,62		1,58		3,50	

Fonte: DETEC, DESU e UNED's.

Análise: Observa-se uma diminuição deste índice entre os anos de 2006 e 2007, devido ao aumento do número de matrículas e à política educacional adotada na Instituição. Já no período 2007-2008, este índice torna a aumentar; resultado devido ao aumento significativo do nº de retidos na Graduação.

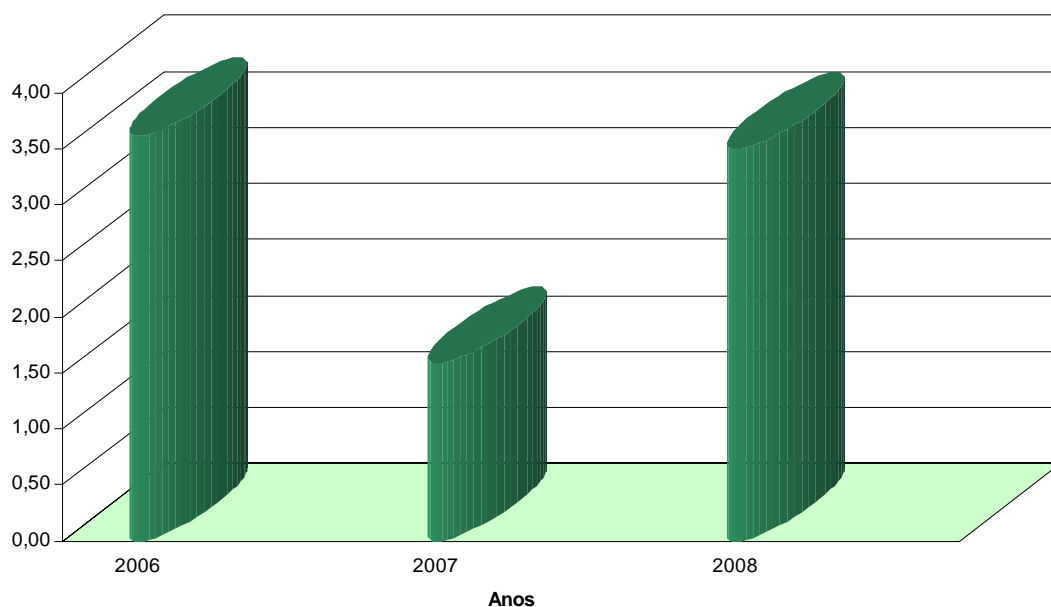


Gráfico 5. CEFET-MA, 2006-2008.

- **Relação Alunos/Docente em Tempo Integral (Indicador de Eficiência)**



Objetivo: Quantificar o número de alunos por docente em tempo integral.

Definições:

Alunos matriculados: corresponde ao total de matrículas no ano, considerando o conceito de matrículas do INEP/CENSO.

Docente em tempo integral: professor que presta atividades acadêmicas exclusivamente em sala de aula, em regime de trabalho de 40 horas semanais.

Docentes em regime de trabalho com menos de 40 horas semanais serão computados proporcionalmente à carga horária. (Cada docente com 40h de trabalho conta com 1 e com 20h de trabalho como 0,5).

$$\text{Indicador} = \frac{\text{Alunos Matriculados}}{\text{Número de Docentes}}$$

Unidade	2006		2007		2008	
	Matrículas	Docentes	Matrículas	Docentes	Matrículas	Docentes
Sede	2.278	240,5	2.320	277,5	2.256	266
Imperatriz	898	53,5	804	60,5	907	63
Zé Doca	-	-	106	20	325,5	23
Buriticupu	-	-	119	18	337,5	22
Açailândia	-	-	-	-	192	21
Centro Histórico	-	-	-	-	201,5	24
Santa Inês	-	-	-	-	154,5	20
Alcântara	-	-	-	-	116	14
Total	3.176	294	3.349	376	4.490	453
Índice	10,80		8,91		9,91	

Fonte: DETEC, DESU, DAD/DERH, UNED's.

Análise: No período de 2006 a 2008, apesar do nº de matrículas ter aumentado, o quantitativo de docentes cresceu 54%, principalmente com as implantações de novas unidades de ensino, fazendo com que o indicador tivesse uma nova queda.

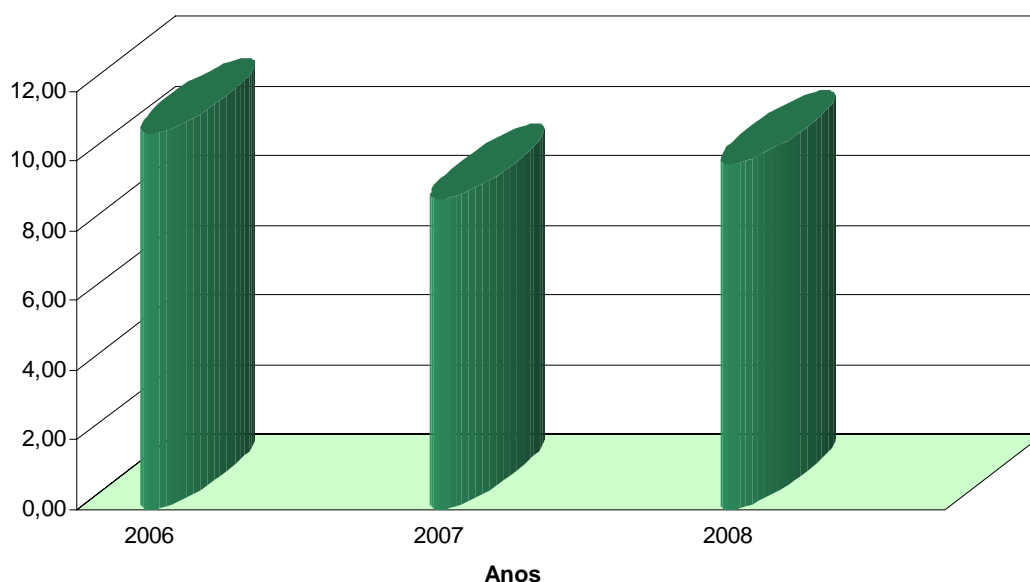


Gráfico 6. CEFET-MA, 2006-2008.



- Titulação do Corpo Docente (Indicador de Eficácia)

Objetivo: Quantificar o índice de Titulação do Corpo Docente – Efetivo e Substituto.

Definições:

A titulação do corpo docente é dividida em 5 sub-grupos: Graduado, Aperfeiçoado, Especialista, Mestre e Doutor.

$$\text{Indicador} = \frac{G*1 + A*2 + E*3 + M*4 + D*5}{G + A + E + M + D}$$

Unidade	2006					2007					2008				
	Grad	Aperf	Esp	Msc	Dr	Grad	Aperf	Esp	Msc	Dr	Grad	Aperf	Esp	Msc	Dr
Sede	40	12	84	83	53	23	10	82	85	58	31	10	85	90	60
Imperatriz	9	0	43	10	1	2	0	41	13	2	4	0	40	18	3
Zé Doca	-	-	-	-	-	6	0	7	5	2	8	0	7	6	2
Buriticupu	-	-	-	-	-	5	0	11	1	1	10	0	9	3	0
Açailândia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	0	10	1	1
Centro Histórico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	0	7	9	1
Santa Inês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	1	5	5	0
Alcântara	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	0	5	3	0
Total	49	12	127	93	54	36	10	141	104	63	84	11	168	135	67
Índice	3,27					3,42					3,19				

Fonte: DAD/DERH

Análise: Mesmo com o número de docentes ter apresentado um aumento significativo devido à implantação de novas unidades de ensino, o índice manteve-se na casa dos 3 pontos, em virtude dos aprovados nos concursos públicos terem uma boa titulação, além da política de qualificação praticada pelo CEFET-MA.

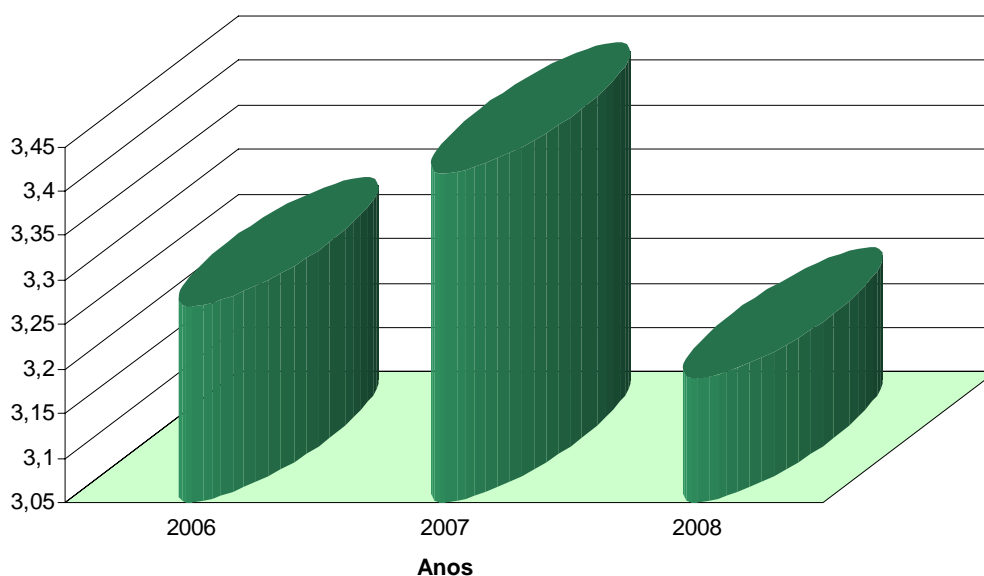


Gráfico 7. CEFET-MA, 2006-2008.



- Gastos Correntes por Aluno (Indicador de Eficiência)

Objetivo: Quantificar os gastos por aluno matriculado na Instituição.

Definições:

Gastos Correntes: todos os gastos, exceto investimento, capital, precatórios, inativos e pensionistas e divide-se pelo número de matrículas do mesmo ano.

Alunos matriculados: corresponde ao total de matrículas no mesmo ano, considerando o conceito de matrículas do INEP/CENSO.

$$\text{Indicador} = \frac{\text{Total de Gastos}}{\text{Alunos Matriculados}}$$

Unidade	2006		2007		2008	
	Gastos Correntes	Matriculados	Gastos Correntes	Matriculados	Gastos Correntes	Matriculados
Σ	38072588,73	3176,00	49.576.632,34	3349,00	55.209.791,93	4490,00
Índice	11987,59		14803,31		12.296,17	

Fonte: SIAFI, DETEC, DESU, UNED's.

Análise: O índice encontrou-se crescente, no período 2006-2007, devido ao aumento linear da variável Gastos Totais impulsionado pelo aumento do nº de servidores, ocasionando um crescimento na folha de pessoal e, principalmente, pela implantação das novas Unidades oriundas do Plano de Expansão do Ensino Técnico. Entre os anos de 2007 e 2008, obteve uma pequena queda já impulsionada pelo aumento do nº de matrículas, que, proporcionalmente, teve um crescimento maior que a variável Gastos Correntes.

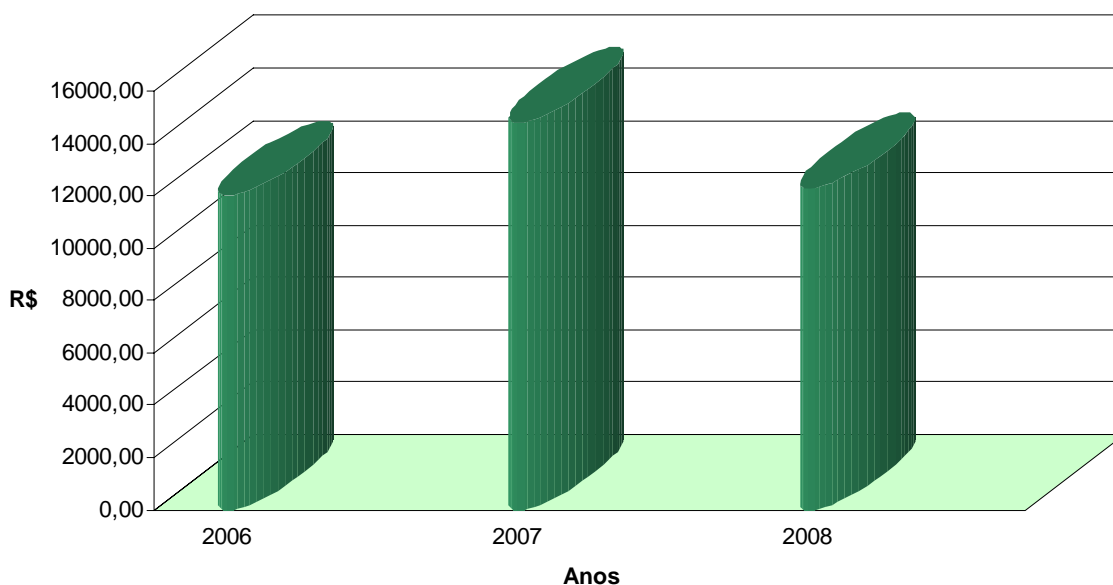


Gráfico 10. CEFET-MA, 2006-2008.



- Percentual de Gastos com Pessoal (Indicador de Eficiência)

Objetivo: Quantificar o gasto total com pessoal em relação aos gastos totais.

Definições:

Gastos com pessoal: gastos com servidores ativos, inativos, pensionistas, sentenças judiciais e precatórios.

Gastos totais: gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.

$$\text{Indicador} = \frac{\text{Gastos com Pessoal}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$$

Unidade	2006		2007		2008	
	Gastos Pessoal	Gastos Totais	Gastos Pessoal	Gastos Totais	Gastos Pessoal	Gastos Totais
Σ	47.293.629,00	55.751.943,72	51.699.853,00	87.090.993,39	51.885.362,07	90.357.847,00
Índice	84,83		59,36		57,42	

Fonte: SIAFI

Análise: Houve uma queda brusca no indicador entre os anos de 2006 e 2008, apesar dos Gastos com Pessoal ter apresentado um aumento acerca de 9,7%. No entanto, os Gastos Totais cresceram em torno de 62%, resultante dos investimentos realizados para a implantação de novas Unidades oriundas do Plano de Expansão do Ensino Técnico do Governo federal resultando num decréscimo até certo ponto natural do indicador.

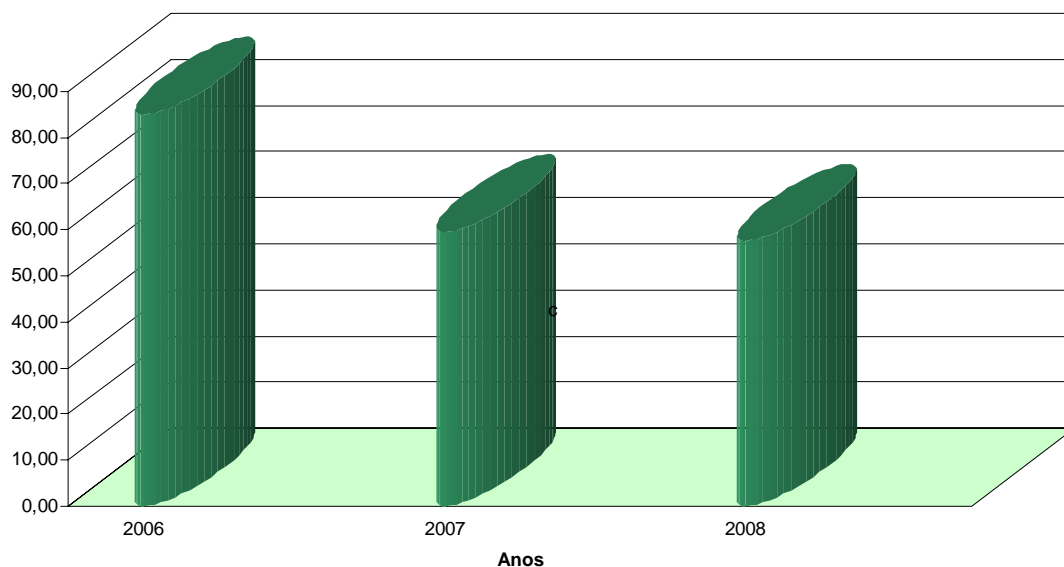


Gráfico 11. CEFET-MA, 2006-2008.

- Percentual de Gastos com Outros Custeios (Indicador de Eficiência)

Objetivo: Quantificar o percentual de gasto com Outros Custeios (OCC) em relação aos gastos totais.

Definições:

Gastos com outros custeios: gastos totais de outros custeios menos (-) benefícios, investimentos e inversões financeiras.

Gastos totais: gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.

$$\text{Indicador} = \frac{\text{Gastos com Outros Custeios}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$$

Unidade	2006		2007		2008	
	Gastos OCC	Gastos Totais	Gastos OCC	Gastos Totais	Gastos OCC	Gastos Totais
Σ	5.558.562,98	55.751.943,72	15.069.086,17	87.090.993,39	10.479.100,00	90.357.847,00
Índice	9,97		17,30		11,60	

Fonte: SIAFI

Análise: No período 2006-2007, o indicador teve uma queda de 73,52%, consequência do crescimento de 171% da variável Gastos com Outros Custeios, mais uma vez ocasionado pela política de expansão do ensino técnico do governo federal.

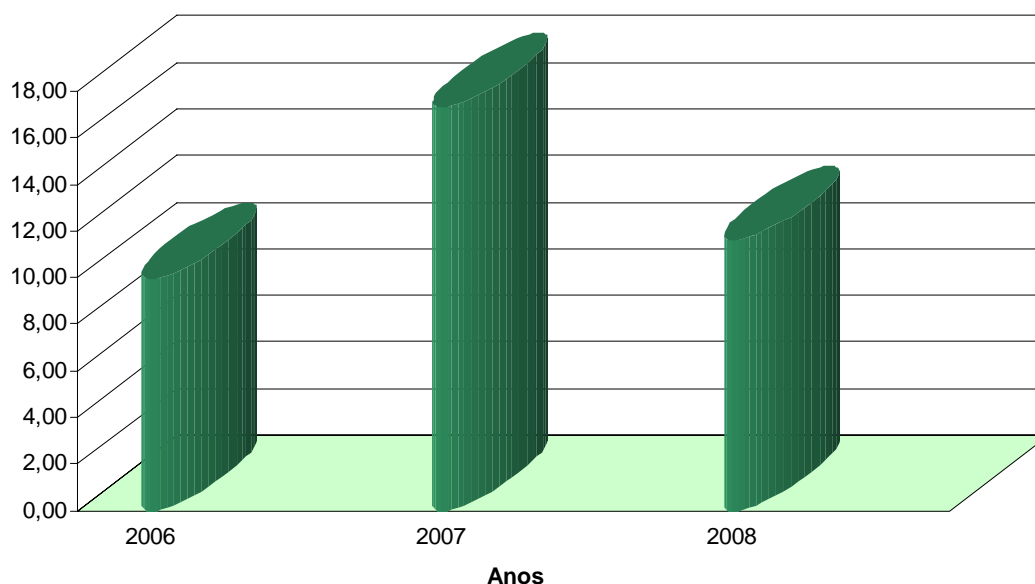


Gráfico 12. CEFET-MA, 2006-2008.



- Percentual de Gastos com Investimentos (Indicador de Eficiência)

Objetivo: Quantificar o percentual de gasto com Outros Custeios (OCC) em relação aos gastos totais.

Definições:

Investimentos: despesa destinada ao planejamento e execução de obras, inclusive às relacionadas a aquisição de imóveis considerados necessários à realização de obras, bem como a programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

Inversões financeiras: despesa com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização e também a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas.

Gastos totais: gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.

$$\text{Indicador} = \frac{\text{Total de Gastos com Investimentos e Inversões Financeiras}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$$

Unidade	2006		2007		2008	
	Gastos com Investimentos e Inversões	Gastos Totais	Gastos com Investimentos e Inversões	Gastos Totais	Gastos com Investimentos e Inversões	Gastos Totais
Σ Unid.	1.797.774,99	55.751.943,72	20.216.718,22	87.090.993,39	19.785.751,00	90.357.847,00
Índice	3,22		23,21		21,90	

Fonte: SIAFI

Análise: Constata-se um aumento significativo dos gastos com investimentos e inversões financeiras no período 2006-2008, devido, principalmente, à política de expansão do ensino técnico e a disponibilidade de recursos oriundos da bancada parlamentar maranhense junto ao Congresso Nacional.

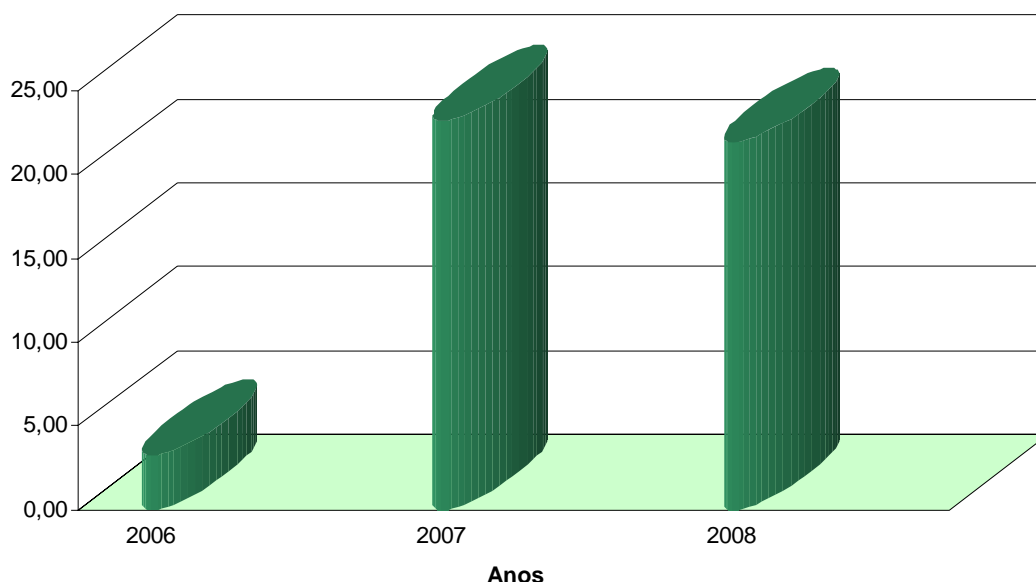


Gráfico 13. CEFET-MA, 2006-2008.

- Número de Alunos Matriculados Classificados de acordo com a Renda Per Capita Familiar (Indicador de Eficácia)

Objetivo: Auferir o grau de inclusão social da política governamental por meio do perfil socioeconômico de ingressantes e concluintes nas Instituições Federais de Ensino Profissional e Tecnológica.

% Alunos Matric.	Faixa Salarial					
	RFP < 0,5 SM	0,5 < RFP < 1SM	1SM < RFP < 1,5SM	1,5SM < RFP < 2,5SM	2,5SM < RFP < 3SM	RFP > 3SM
32,58%	167	222	455	254	197	52

Fonte: CAE.

Definições:

RFP: renda familiar per capita

SM: salário mínimo

Análise: Observamos no perfil sócio-econômico que a nossa clientela concentra-se, em mais da metade de sua totalidade, na faixa salarial de até 1,5 salário mínimo. Estes dados comprovam a importância social do CEFET-MA e suas políticas públicas para a comunidade mais carente do Maranhão como um todo.

5.2 Indicadores de Gestão TCU/SESu (Decisão nº 408/2002 e Acórdãos 1.043/2006 e 2.167/2006)



- Custo Corrente / Aluno Equivalente (Indicador de Eficiência)

Objetivo: Medir o quanto custa anualmente um aluno de graduação matriculado na Instituição.

Definições:

Gastos Correntes: todos os gastos, exceto investimento, capital, precatórios, inativos e pensionistas e divide-se pelo número de matrículas do mesmo ano.

$$\text{Indicador} = \frac{\text{Custo Corrente}}{\text{Aluno Equivalente}}$$

Cálculo do Aluno Equivalente para a Graduação (AGE):

$$AGE = \sum_{\text{todosos cursos}} \left\{ [Ndi * Dpc * (1 + R)] + \left[\left(\frac{Ni - Ndi}{4} \right) * D \right] \right\} * PG$$

Ndi = Nº de diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso.

Dpc = Duração padrão do curso

R = Fator de Retenção de acordo com a metodologia da SESu

Ni = Nº de Ingressantes

D = Duração média do curso

PG = Peso do Grupo referente ao Curso de acordo com a metodologia da SESu

Cálculo do Aluno Equivalente para o Mestrado (APEM):

$$APE_M = NM * FMD * PG$$

NM = Nº de alunos matriculados no Mestrado

FMD = Fator de tempo a cursar disciplinas (0,75)

PG = Peso do Grupo de acordo com a metodologia da SESu

Cálculo do Aluno Equivalente Total (AETotal):

$$AETotal = AGE + APE_M$$

Unidade	2006		2007		2008	
	Gastos Correntes	Aluno Equivalente	Gastos Correntes	Aluno Equivalente	Gastos Correntes	Aluno Equivalente
Σ Unidades	38.072.588,73	761	49.576.632,34	999,44	55.209.791,93	906,14
Índice	50.079,85		49.604,41		59.645,25	

Fonte: SIAFI e DESU

Análise: Este indicador especifica o aporte médio financeiro despendido pela Instituição com cada um dos seus alunos de graduação e pós-graduação. Com é um indicador que afere somente o universo de alunos da graduação e pós-graduação, verifica-se que o dado não reflete a real dimensão do CEFET-MA como um todo, pois o cálculo deveria contemplar toda a comunidade discente do CEFET-MA (nível médio, técnico, graduação e pós-graduação) para, assim, termos a variável aluno-equivalente retratando a realidade da Instituição. Contudo, se observa a queda do índice no período de 2006 a 2007, o que demonstra um aumento do nº de alunos na graduação e pós-graduação no ano de 2007. Já no período de 2007 a 2008 verificamos o aumento deste índice, fator resultante do aumento dos Gastos Correntes e diminuição do nº de alunos equivalentes (devido ao aumento de alunos diplomados e um nº menor de ingressos nos cursos ofertados).

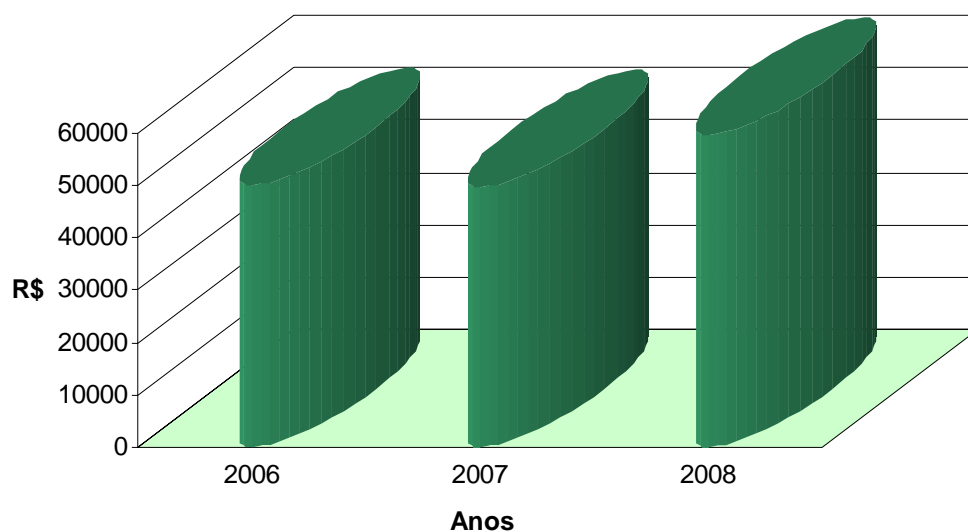


Gráfico 14. CEFET-MA, 2006-2008.

- Aluno Tempo Integral / Docente Equivalente (Indicador de Eficiência)

Objetivo: Medir qual o número de alunos atendidos por um determinado contingente de professores.

$$\text{Indicador} = \frac{\text{Aluno Tempo Integral}}{\text{Docente Equivalente}}$$

Cálculo do Aluno Tempo Integral para a Graduação (AGTi):

$$AGTi = \sum_{\text{todososcursos}} \left\{ \left[Ndi * Dpc * (1 + R) \right] + \left[\left(\frac{Ni - Ndi}{4} \right) * D \right] \right\}$$

Unidade	2006		2007		2008	
	Aluno Tempo Integral	Docente Equivalente	Aluno Tempo Integral	Docente Equivalente	Aluno Tempo Integral	Docente Equivalente
Σ Unidades	518,82	87,50	591,43	95	528,13	94,50
Índice	5,93		6,23		5,59	

Fonte: DESU e DAD/DERH

Análise: Esse indicador mensura a produtividade e a eficiência do corpo docente a partir do nº médio de alunos atendidos por professor. Pode-se visualizar uma queda substancial no período de 2007-2008, devido a variável Aluno Tempo Integral ter uma diminuição em virtude do nº de alunos matriculados na Pós-Graduação ser bem menor no ano de 2008, e a variável Docente Equivalente, praticamente, ter se mantido no mesmo valor.

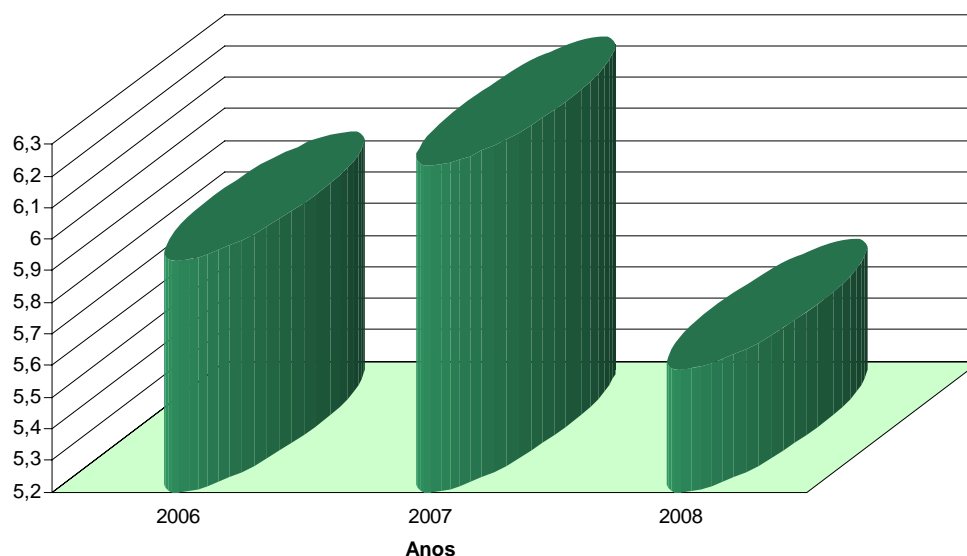


Gráfico 15. CEFET-MA, 2006-2008.

- Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente (Indicador de Eficiência)

Objetivo: Medir qual o número de alunos atendidos por um determinado contingente de funcionários técnico-administrativos.

$$\text{Indicador} = \frac{\text{Aluno Tempo Integral}}{\text{Funcionário Equivalente}}$$

Unidade	2006		2007		2008	
	Aluno Tempo Integral	Funcionário Equivalente	Aluno Tempo Integral	Funcionário Equivalente	Aluno Tempo Integral	Funcionário Equivalente
Σ Unidades	518,82	217,5	591,43	234	528,13	220
Índice	2,39		2,53		2,40	

Fonte: DESU e DAD/DERH

Análise: Esse indicador mensura a produtividade e a eficiência do corpo técnico-administrativo a partir do nº médio de alunos atendidos por funcionário. Também, não é um dado real, pois o cálculo contempla todo o quadro de técnico-administrativos, os quais são responsáveis pelo atendimento tanto dos alunos da graduação e pós-graduação quanto dos alunos dos níveis médio e técnico. No entanto, a fórmula do indicador apenas engloba os alunos da graduação e da pós-graduação. Mesmo assim, observa-se uma tendência na manutenção do valor do índice durante o período 2006-2008.

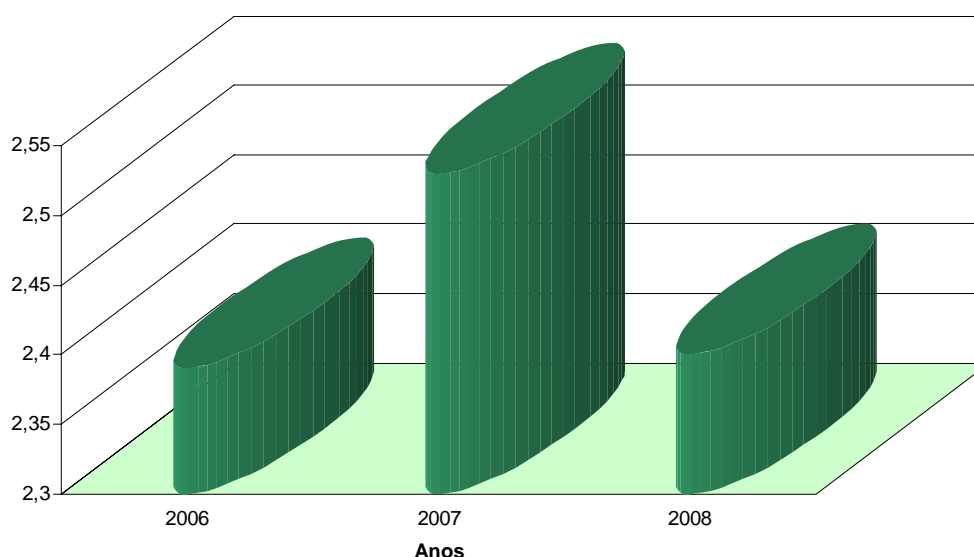


Gráfico 16. CEFET-MA, 2006-2008.

- Funcionário Equivalente / Docente Equivalente (Indicador de Eficiência)

Objetivo: Medir qual o nº de técnico-administrativos associados a uma determinada clientela de docentes.

$$\text{Indicador} = \frac{\text{Funcionário Equivalente}}{\text{Docente Equivalente}}$$

Unidade	2006		2007		2008	
	Funcionário Equivalente	Docente Equivalente	Funcionário Equivalente	Docente Equivalente	Funcionário Equivalente	Docente Equivalente
Σ Unidades	217,5	87,50	234	95	220	94,50
Índice	2,49		2,46		2,33	

Fonte: DAD/DERH

Análise: Esse indicador mede o apoio dado pelos profissionais da atividade-meio à realização atividade-fim. Observa-se no período de 2006-2008 um decréscimo de 5,28%, justificado pelo crescimento do corpo docente do ensino superior.

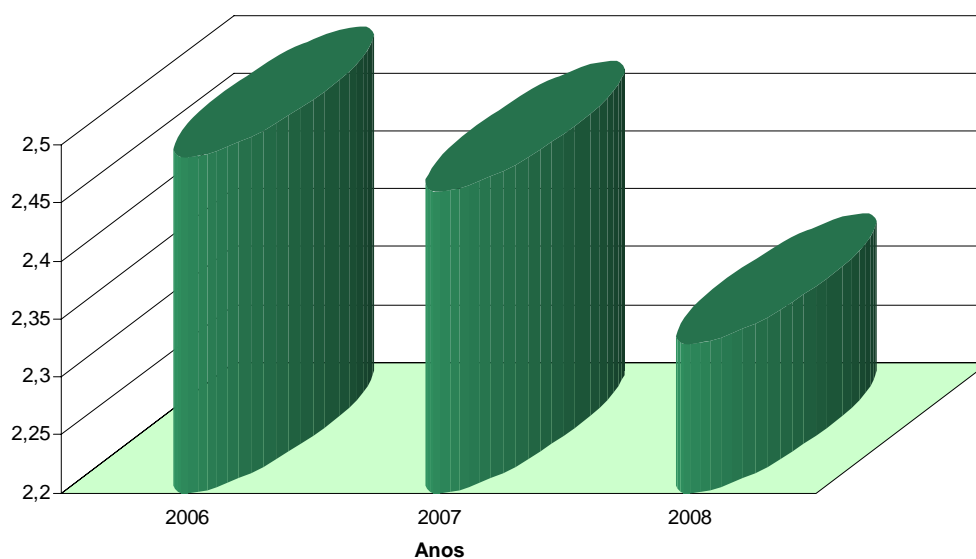


Gráfico 17. CEFET-MA, 2006-2008.

- Grau de Participação Estudantil (Indicador de Eficácia)

Objetivo: Aferir o grau de alcance e de penetração das políticas institucionais pelo nível de participação estudantil.

$$\text{Indicador} = \frac{\text{Aluno Tempo Integral}}{\text{Alunos Matriculados}}$$

Unidade	2006		2007		2008	
	Aluno Tempo Integral	Aluno Matriculado	Aluno Tempo Integral	Aluno Matriculado	Aluno Tempo Integral	Aluno Matriculado
Σ Unidades	518,82	945	591,43	1029	528,13	1125
Índice	0,55		0,57		0,45	

Fonte: DESU

Análise: Esse indicador tem como principal função expressar o grau de utilização, pelo corpo discente, da capacidade instalada da Instituição e velocidade de integralização curricular. Em 2007, o grau de participação estudantil teve um aumento de 3,63% em relação ao ano de 2006. No entanto, o ano de 2008 teve uma queda de 21%, pois a variável Aluno Tempo Integral diminuiu substancialmente em relação à variável Aluno Matriculado, fator resultante do aumento do nº de alunos diplomados e diminuição do nº de alunos ingressantes.

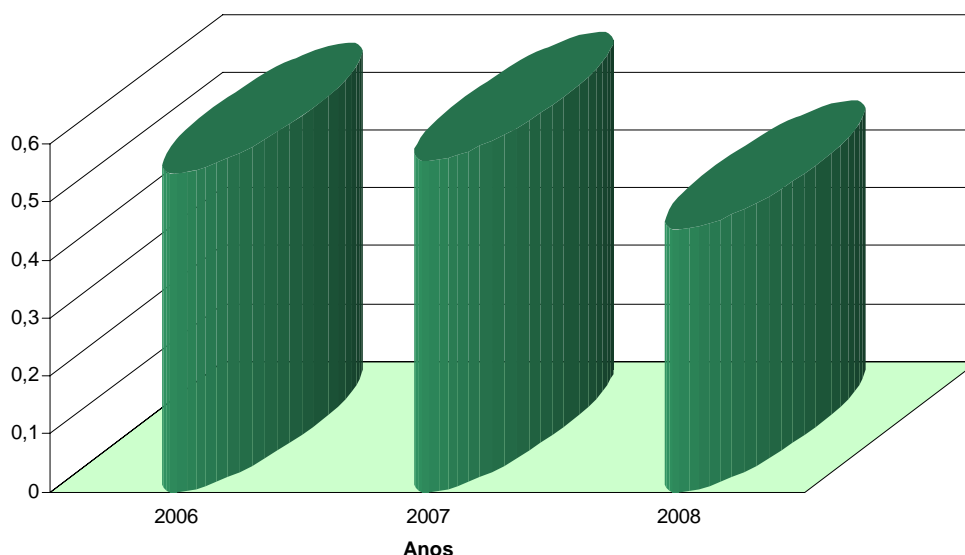


Gráfico 18. CEFET-MA, 2006-2008.

- Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (Indicador de Eficiência)

Objetivo: Identificar o percentual do corpo discente que é aluno de pós-graduação. É um indicador de eficiência porque evidencia a relação entre o número de alunos matriculados exclusivamente na pós-graduação com o número total de alunos da Instituição.

$$\text{Indicador} = \frac{APG}{AG + APG}$$



APG = N° de alunos matriculados na Pós-Graduação

AG = N° de alunos matriculados na Graduação

Índice	Anos		
	2006	2007	2008
Valor	0,04	0,05	0,01

Fonte: DESU

Análise: Esse indicador tem como principal função medir o envolvimento da comunidade discente da graduação em relação aos alunos da pós-graduação. No período de 2007-2008, observamos uma queda substancial em virtude de um aumento do n° de alunos matriculados na Graduação e diminuição dos alunos matriculados na Pós-Graduação.

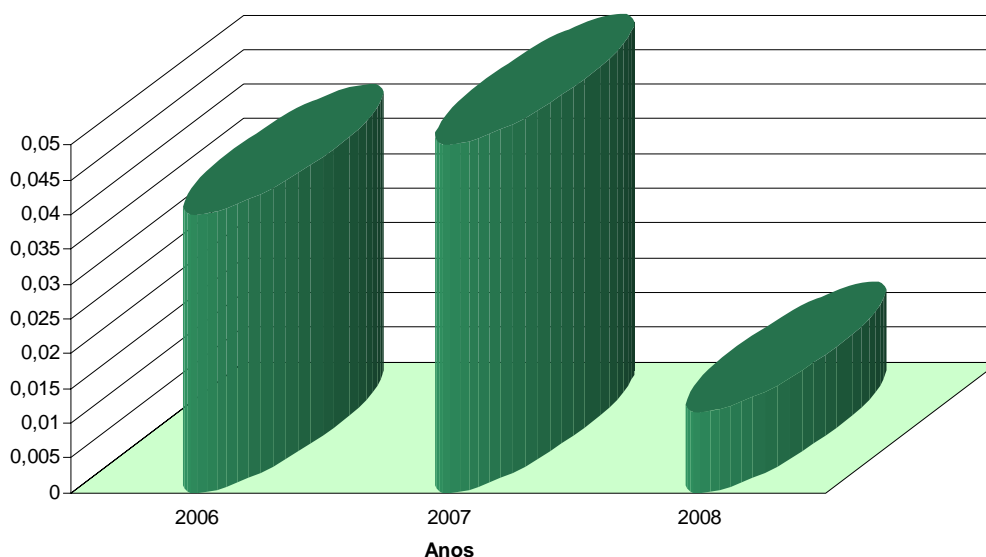


Gráfico 19. CEFET-MA, 2006-2008.

- Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação (Indicador de Eficácia)

Objetivo: Medir a qualidade dos cursos de Pós-Graduação com base nos conceitos da CAPES. Reflete os resultados dos diferentes programas de pós-graduação da Universidade e também espelha seus desempenhos ao longo do tempo.

$$\text{Indicador} = \frac{\sum \text{conceito de todos os cursos de pós - graduação}}{\text{Números de cursos de pós - graduação}}$$

Índice	Anos		
	2006	2007	2008
Valor	3	3	3

Fonte: DESU



Análise: Esse indicador determina a qualidade dos cursos de pós-graduação, *stricto sensu*, avaliados pela CAPES. O CEFET-MA possui apenas um Curso de Mestrado (Engenharia de Materiais) e o seu conceito se manteve constante ao longo dos anos de 2006 à 2008.

- Índice de Qualificação do Corpo Docente (Indicador de Eficácia)

Objetivo: Quantificar o índice de Titulação do Corpo Docente – Efetivo e Substituto.

Definições:

A titulação do corpo docente para a SESu é dividida em 4 sub-grupos: Graduado, Especialista, Mestre e Doutor.

$$\text{Indicador} = \frac{G * 1 + E * 3 + M * 4 + D * 5}{G + E + M + D}$$

Σ Unidades	2006				2007				2008			
	Grad	Esp	Msc	Dr	Grad	Esp	Msc	Dr	Grad	Esp	Msc	Dr
Total	5	17	42	35	5	17	39	43	7	13	44	40
Índice	3,43				3,57				3,51			

Fonte: DAD/DERH

Análise: Observa-se que o indicador apresenta um crescimento entre os anos de 2006-2007 e uma pequena queda no período de 2007-2008. Isto é um reflexo do aumento do nº de professores do ensino superior com o título de mestre e doutor na Instituição, fruto da política de incentivo à qualificação implantada no CEFET-MA.

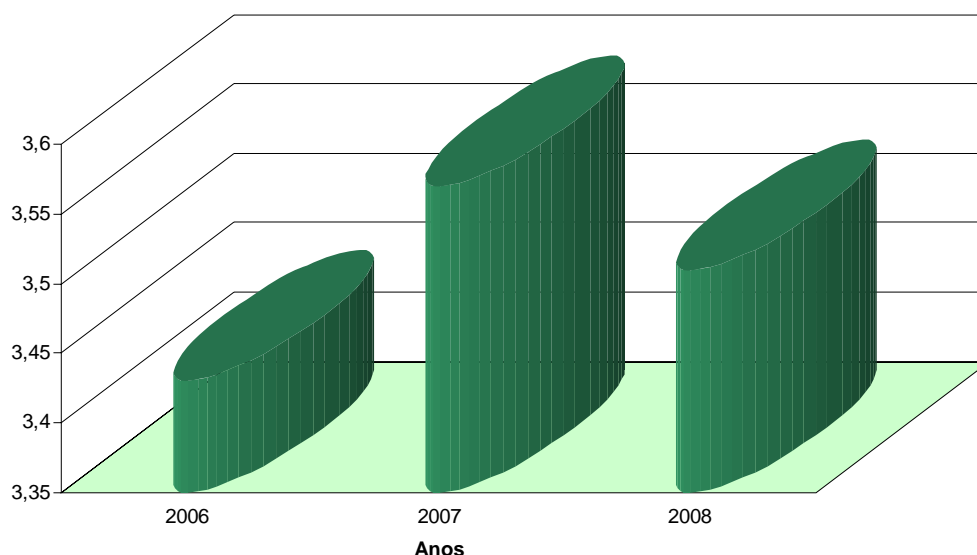


Gráfico 20. CEFET-MA, 2006-2008.

- Taxa de Sucesso na Graduação (Indicador de Eficiência)

Objetivo: Identificar o percentual dos alunos que se formam frente ao nº de alunos ingressantes em cada curso. Evidencia a relação entre o número de alunos concluintes e o número de alunos ingressantes, refletindo o nível de retenção do sistema acadêmico.

$$\text{Indicador} = \frac{N^{\circ} \text{ de Diplomados}}{N^{\circ} \text{ de Ingressantes}}$$

N_{di} = N° de diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso.

N_i = N° de Ingressantes

Σ Unidades	2006		2007		2008	
	Concluintes	Ingressos	Concluintes	Ingressos	Concluintes	Ingressos
Engenharias (5 anos)	54	52	16	75	21	70
Tecnologia (3 anos)	30	58	7	30	8	23
Licenciaturas (4 anos)	145	469	37	170	35	189
Total	229	579	60	275	64	282
Índice	0,40		0,22		0,23	

Fonte: DESU

Análise: Esse indicador mede principalmente o grau de evasão dos alunos e é obtido pela razão do nº de alunos concluintes e o nº de ingressantes, ajustado pelo ano em que esses alunos entraram na Instituição e por um tempo de permanência fixado, pela SESu/MEC, para

cada curso. Este indicador sofreu uma queda brusca no período 2006-2007, devido ao término dos cursos conveniados com várias Prefeituras do Estado, e teve um leve aumento no período 2007-2008, consequência do aumento do nº de concluintes.

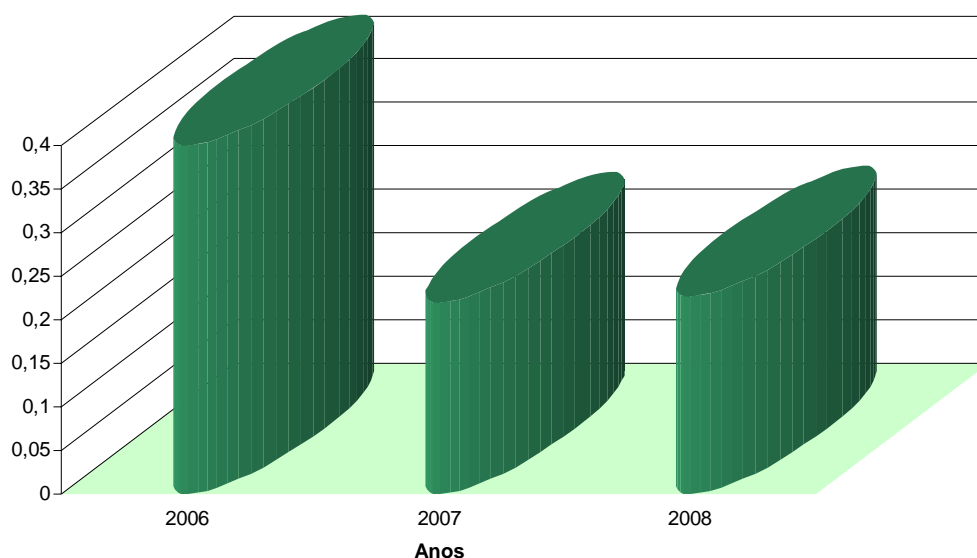


Gráfico 21. CEFET-MA, 2006-2008.

5.3 Responsável pelos Cálculos

Os Indicadores de Gestão foram computados pela equipe da Coordenadoria de Planejamento (COPLAN), tendo como responsável direto o Sr. Carlos Alexsandro Lima Silva – Pesquisador Institucional.

6 EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS

Descrição	Ano		
	2006	2007	2008
1. Passagens	169.616,73	178.281,41	329.980,11
2. Diárias e Ressarcimento de Despesas em Viagens	222.032,80	200.488,39	355.936,88
3. Serviços Terceirizados			
3.1 Publicidade	27.450,67	43.052,29	32.420,90
3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação	722.886,62	987.638,90	1.980.404,56
3.3 Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00
3.4 Outras Terceirizações	297.273,96	320.037,60	593.977,09
3.5 Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00
4. Cartão de Crédito Corporativo	52.968,67	0,00	20.483,45
Totais	1.492.229,45	1.729.498,59	3.313.202,99

7 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

NÃO HOUVE



8 RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Ano de Inscrição	RP PROCESSADOS				RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2005	0,00	-	-	-	13.988,77	-	-	13.988,77
2006	0,00	-	-	-	442.216,65	20,80	960.685,60	346.127,09
2007	618.126,60	-	-	618.126,60	26.925.028,38	12.189,37	8.390.202,53	18.503.896,60
Total	618.126,60	0,00	0,00	618.126,60	27.381.233,80	12.210,17	9.350.888,13	18.864.012,46

9 DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS EXTERNAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO

Não se aplica.





10 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Não se aplica. O CEFET-MA não patrocina nenhuma entidade de previdência complementar.

11 FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Não se aplica.





12 RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Não se Aplica. O CEFET-MA não dispõe de informações sobre renúncia tributária.

13 DECLARAÇÃO DE SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA

Não se Aplica. O CEFET-MA não beneficiou nenhuma entidade por renúncia.





14 OPERAÇÕES DE FUNDOS

Não se Aplica. O CEFET-MA não efetuou operações de fundos.



15 DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO

Tabela – Cartão de crédito corporativo: série histórica das despesas

Ano	Fatura		Saque	
	Quantidade (1)	Valor	Quantidade	Valor
2006	12	49.068,67	19	3.900,00
2007	12	26.863,00	15	4.950,00
2008	12	19.743,45	5	740,00

(1) A quantidade refere-se a cada ocorrência da fatura (item de gasto)

Tabela – Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005

Limite de Utilização da UG:	R\$ 25.000,00
Natureza dos Gastos Permitidos:	339030; 339036; 339039; 339047
Limites concedidos a cada portador:	
Portador	Limite
Tereza Mendes Correa	R\$ 25.000,00



Relatório nº 208548

Recomendação: 001

- Abster-se de emitir empenhos em nome da própria UJ, ou para fundações de apoio, como forma de repassar os saldos das dotações orçamentárias para o exercício financeiro seguinte.

Responsável pela Implementação:

- Juariedson Lobato Belo.
- CPF: 799.759.763-87

Providências Adotadas:

- No exercício de 2008 não foi emitido nenhum auto-empenho nem repassados orçamentos para fundação de apoio em cumprimento à determinação

Recomendação: 002

- Respeitar os limites máximos para realização de despesas de pequeno vulto, de 1% do valor estabelecido na alínea "a" (convite) do inciso "II", do artigo 23, Lei 8.666/93, estabelecido pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 95, de 19/04/2002.

Responsável pela Implementação:

- Juariedson Lobato Belo.
- CPF: 799.759.763-87

Providências Adotadas:

- No exercício de 2008 foi observado os limites para realização de despesas de pequeno vulto em atendimento à recomendação acima.

Recomendação: 003

- Cumprir os prazos de pagamentos estipulados nas faturas do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), de forma a evitar a cobrança de juros e encargos moratórios.

Responsável pela Implementação:

- Juariedson Lobato Belo.
- CPF: 799.759.763-87



Providências Adotadas:

- No exercício de 2008 foram cumpridos, fielmente, os prazos estipulados na fatura.

Recomendação: 004

- Abster-se de adquirir por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), materiais e serviços não enquadrados como suprimentos de fundos, observadas as disposições contidas nos arts. 45, 46 e 47, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e legislação complementar.

Responsável pela Implementação:

- Juariedson Lobato Belo.
- CPF: 799.759.763-87

Providências Adotadas:

- No exercício de 2008 foram observados, fielmente, os limites em atendimento à recomendação acima.



17 DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Acórdão nº 5690/2008 – TCU – 2ª Câmara

Determinação: 001

- Dar ciência do inteiro teor dessa deliberação aos interessados mencionados no item 3.

Responsável pela Implementação:

- Maria de Fátima Guimarães Serra.
- CPF: 126.341.823-68

Providências Adotadas:

- Foi dada ciência a todos interessados conforme consta no Processo nº 23048.000679/09-34.

Determinação: 002

- Faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, admitindo-se, porém, o pagamento da parcela de quintos obtida judicialmente pelos interessados sob a forma de vantagem pessoal nominalmente identificada, enquanto subsistir a respectiva decisão judicial.

Responsável pela Implementação:

- Maria de Fátima Guimarães Serra.
- CPF: 126.341.823-68

Providências Adotadas:

- Não foi possível a implementação da determinação em virtude de pedido de reexame dos interessados.

Determinação: 003

- Uma vez desconstituída a decisão judicial que assegura a parcela de quintos aos inativos, promova, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90, a restituição ao erário dos valores que lhes foram pagos indevidamente após a ciência desta deliberação.

Responsável pela Implementação:

- Maria de Fátima Guimarães Serra.
- CPF: 126.341.823-68

Providências Adotadas:

- Não foi possível a implementação da determinação em virtude de pedido de reexame dos interessados.



Determinação: 004

- Esclarecer ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão que as concessões consideradas ilegais poderão prosperar mediante a emissão e encaminhamento a este Tribunal de novos atos concessórios, escoimados das irregularidades verificadas, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno.

Responsável pela Implementação:

- Maria de Fátima Guimarães Serra.
- CPF: 126.341.823-68

Providências Adotadas:

- Não foi possível a implementação da determinação em virtude de pedido de reexame dos interessados.

Determinação: 005

- Esclarecer ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão que os valores decorrentes de decisões judiciais, quando expressamente imunes de absorção pelos aumentos salariais subseqüentes, devem ser considerados, desde o momento inicial em que devidos, como vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, sendo vedado o seu pagamento, de modo continuado, sob a forma de percentual incidente sobre quaisquer das demais parcelas integrantes da remuneração dos beneficiários.

Responsável pela Implementação:

- Maria de Fátima Guimarães Serra.
- CPF: 126.341.823-68

Providências Adotadas:

- Não foi possível a implementação da determinação em virtude de pedido de reexame dos interessados.

Acórdão nº 3933/2007-TCU-1ª Câmara

Determinação: 001

- Envide esforços no sentido de dotar a unidade de Auditoria Interna – AUDINT de condições necessárias para o pleno exercício de suas atividades.



Responsável pela Implementação:

- José Ferreira Costa.
- CPF: 075.188.973-34

Providências Adotadas:

- Foram fornecidas melhorias em sua infraestrutura física e recursos tecnológicos. Quanto aos recursos humanos, foi solicitado duas (02) vagas para o cargo de Auditor com Concurso Público já homologado.

Determinação: 002

- Adotar medidas objetivas tendentes a evitar inconsistências físico/financeiras em indicadores de desempenho.

Responsável pela Implementação:

- Francisco Roberto Brandão Ferreira.
- CPF: 253.321.473-68

Providências Adotadas:

- Melhorias nos controles internos com a finalidade de evitar inconsistências.

Determinação: 003

- Providenciar a cobrança às prefeituras em débito decorrente de contratos/convênios firmados para a execução de curso de licenciatura plena; adotando, se for o caso, as medidas judiciais cabíveis.

Responsável pela Implementação:

- José Ferreira Costa.
- CPF: 075.188.973-34

Providências Adotadas:

- Foi efetuado o levantamento das prefeituras inadimplentes, em seguida, registrado na Dívida Ativa, e posteriormente, encaminhados, via ofício, para a Procuradoria Federal com o objetivo de abertura de Processos Judiciais.

Determinação: 004

- Nos processos de suprimento de fundos, informe com precisão a sua finalidade; conceda o valor necessário para frente às despesas para o qual foi concedido, com base em estimativa; e faça cumprir os prazos de aplicação e prestação de contas, estabelecidos, instaurando tomadas de contas especiais no caso de seu descumprimento.



Responsável pela Implementação:

- Edinaldo Mourão Moraes.
- CPF: 064.300.823-34

Providências Adotadas:

- Nos processos de suprimento de fundos da Instituição constam orçamentos prévios com a finalidade de cumprir a determinação acima.

Determinação: 005

- Adote medidas hábeis para proporcionar a devida conclusão dos processos de sindicância abertos em função de desaparecimento de bens.

Responsável pela Implementação:

- José Ferreira Costa.
- CPF: 075.188.973-34

Providências Adotadas:

- Foi criada a função de Corregedor com o objetivo, não só de conclusão dos processos de sindicância abertos, mas, apurar toda e qualquer responsabilidade em processos futuros, implementação comprovada através dos relatórios de corregedoria anexos ao Relatório de Prestação de Contas.

Determinação: 006

- Otimize o controle de utilização de veículos com a exigência de anotações completas e registro dos abastecimentos dos veículos da entidade.

Responsável pela Implementação:

- Bernadino Celestino Coelho.
- CPF: 125.703.203-82

Providências Adotadas:

- Foram adotados mapas diários de controle da utilização de veículos, bem como, de registro de abastecimento dos mesmos.

Acórdão nº 996/2008-TCU-1ª Câmara

Determinação: 001

- Exija da FUNCEMA o detalhamento das despesas com vale-transporte, ligações telefônicas, serviços advocatícios e de fiscalização e bancárias, entre outras, capaz de

comprovar o efetivo gasto no Gerenciamento de Projeto objeto do Contrato nº 06/2005 e em caso negativo, obtenha o ressarcimento dos valores devidamente pagos.



Responsável pela Implementação:

- Altiva Mary Seguins Ribeiro.
- CPF: 148.444.513-91

Providências Adotadas:

- Foi solicitado o detalhamento das despesas.

Determinação: 002

- Abstenha-se de pagar multas de trânsito, devendo tal pagamento ser efetivado pelo servidor infrator.

Responsável pela Implementação:

- Bernadino Celestino Coelho.
- CPF: 125.703.203-82

Providências Adotadas:

- A administração determinou o não pagamento de qualquer multa bem como a devolução do valor pago ao erário público através de GRU.

Determinação: 003

- Proceda-se à conciliação dos registros contábil e financeiro das despesas de suprimento de fundos por intermédio de cartão de pagamento do governo federal.

Responsável pela Implementação:

- João Reinaldo Silva Meireles.
- CPF: 062.549.423-72

Providências Adotadas:

- A partir do exercício de 2005, a Instituição vem adotando sistematicamente a conciliação dos registros contábil e financeiro das despesas de suprimento de fundos.

Determinação: 004

- No prazo de 60 (sessenta) dias, ultime os procedimentos administrativos necessários à formulação de processos judiciais de cobrança pela ausência de recebimento de receitas de contratos e convênios firmados com prefeituras municipais para execução de cursos de licenciatura plena.



Responsável pela Implementação:

- José Ferreira Costa.
- CPF: 075.188.973-34

Providências Adotadas:

- Foi efetuado o levantamento das prefeituras inadimplentes, em seguida, registrado na Dívida Ativa, e posteriormente, encaminhados, via ofício, para a Procuradoria Federal com o objetivo de abertura de Processos Judiciais.

Determinação: 005

- Realize controle adequado para localização dos bens móveis, com atualização dos termos de responsabilidade, instaurando imediato processo de sindicância no caso de desaparecimento dos mesmos.

Responsável pela Implementação:

- Teresa Mendes Correa.
- CPF: 197.315.743-87

Providências Adotadas:

- Administração adotou controle patrimonial através de leitura ótica.

Determinação: 006

- Exija dos beneficiários a apresentação dos bilhetes/canhotos de passagem para comprovação da efetivação da viagem ou adote providências para o ressarcimento do valor pago a título de diárias.

Responsável pela Implementação:

- Juariedson Lobato Belo.
- CPF: 799.759.763-87

Providências Adotadas:

- Administração adotou controle de viagens através do Relatório de Viagem/Bilhete de Passagens ou Certificado de Participação em Cursos/Treinamentos/Congressos.

Determinação: 007

- Adote as medidas necessárias para que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, promova o encerramento dos processos de sindicância nº 23048.004964/0276, 23048.004765/02-40, 23048.004493/02-41, 23048.002590/03-16 e 23048.006017/03-37.



Responsável pela Implementação:

- José Ferreira Costa.
- CPF: 075.188.973-34

Providências Adotadas:

- As providências constam no Relatório de Correição, anexo do Relatório de Prestação de Contas.

Determinação: 008

- Assine e date os editais de licitações e anexe aos processos licitatórios os comprovantes de publicação do resultado das licitações.

Responsável pela Implementação:

- Paulo Sérgio Rodrigues da Silva.
- CPF: 238.942.021-49

Providências Adotadas:

- Os editais de licitação encontram-se datados e assinados, bem como, anexados os comprovantes de publicação nos processos de licitação.

Determinação: 009

- Nos processos de pregão, anexe documento que comprove a qualificação profissional e o perfil para o exercício da função de pregoeiro.

Responsável pela Implementação:

- Paulo Sérgio Rodrigues da Silva.
- CPF: 238.942.021-49

Providências Adotadas:

- Nos processos de pregão constam a Portaria para a função de pregoeiro de servidores qualificados e com perfis adequados para o exercício da função.

Determinação: 010

- Avalie a necessidade de incluir no *check list* instituído através da ordem de serviço nº 03/2006-DAD o procedimento de "juntada de cópia de extratos de consulta dos comprovantes de regularidade fiscal".

Responsável pela Implementação:

- Edinaldo Mourão Moraes.



- CPF: 064.300.823-34

Providências Adotadas:

- A Administração adotou através da ordem de serviço nº 03/2006-DAD o procedimento de “juntada de cópia de extratos de consulta dos comprovantes de regularidade fiscal”, para todas as modalidades de licitação.

Determinação: 011

- Avalie a necessidade de contratação via processo licitatório na modalidade adequada de serviços de coleta de lixo.

Responsável pela Implementação:

- José Ferreira Costa.
- CPF: 075.188.973-34

Providências Adotadas:

- A administração adotou a modalidade pregão (Pregão 08/2008) para a contratação de serviços de coleta de lixo.

Determinação: 012

- Exija dos contratados o preenchimento do diário de obras e/ou relatório de ocorrências e a designação de preposto para representá-lo no local das obras ou serviços durante a execução contratual.

Responsável pela Implementação:

- Altiva Mary Seguins Ribeiro.
- CPF: 148.444.513-91

Providências Adotadas:

- Em todos os contratos existentes na Instituição existe um livro de registro das ocorrências, incluindo os diários de obras que estão sendo devidamente preenchidos pela fiscalização de contratos.

Determinação: 013

- Adote imediatas providências para a extrapolação de prazos contratuais quando ocorrer a paralisação de obra contratada e o atraso na entrega de materiais.

Responsável pela Implementação:

- Altiva Mary Seguins Ribeiro.
- CPF: 148.444.513-91



Providências Adotadas:

- A administração determinou a adoção de rigoroso controle a fim de evitar extrapolação de prazos de contratos existente na unidade.

Determinação: 014

- Proceda aos ajustes necessários para a conciliação mensal dos saldos de material de consumo registrado no almoxarifado e na contabilidade via Siafi.

Responsável pela Implementação:

- João Reinaldo Silva Meireles.
- CPF: 062.549.423-72

Providências Adotadas:

- Vem sendo efetivada a conciliação do saldo da contabilidade com o saldo do almoxarifado, em consonância do Relatório Mensal de Almoxarifado (RMA).

Determinação: 015

- Efetue o devido registro dos contratos no Sistema Comprasnet.

Responsável pela Implementação:

- José Evangelista Silva Pereira.
- CPF: 215.461.503-15

Providências Adotadas:

- A Administração registra todos os seus contratos através do SIASG no sistema SICON, este é interligado ao Comprasnet disponível ao controle social.

Determinação: 016

- Estructure a Unidade de Auditoria Interna com recursos humanos e tecnológicos que lhe permitam o bom desenvolvimento de suas atividades.

Responsável pela Implementação:

- José Ferreira Costa.
- CPF: 075.188.973-34

Providências Adotadas:

- Foram fornecidas melhorias em sua infraestrutura física e recursos tecnológicos. Quanto aos recursos humanos, foi solicitado duas (02) vagas para o cargo de Auditor com Concurso Público já homologado.



Acórdão nº 1930/2008-TCU-1ª Câmara

Determinação: 001

- Nas despesas relativas a suprimento de fundos por intermédio do cartão corporativo do Governo Federal, pague em dias as faturas, evitando a cobrança de multa e encargos decorrente de atraso na quitação; restrinja os saques aos casos em que efetivamente não seja possível a utilização do cartão de crédito para pagamento da despesa, justificando-se oportunamente nas prestações de contas; e exija dos supridos a observância ao limite máximo de despesa de pequeno vulto, evitando compras fracionadas.

Responsável pela Implementação:

- Edinaldo Mourão Moraes.
- CPF: 064.300.823-34

Providências Adotadas:

- A administração vem adotando um rígido controle nas faturas do suprimento de fundo por intermédio do cartão corporativo, evitando, com isso, pagamento em atrasos. Restringiu os saques, utilizando-os somente nos casos em que não é possível o uso do cartão, exigindo a justificativa do detentor do cartão para tal conduta. Vem observando o limite máximo permissível para despesas de pequeno vulto, evitando compras fracionadas.

Determinação: 002

- Aprimore o processo de planejamento das licitações, em relação à concepção do objeto, a fim de evitar aditivos para incremento dos serviços licitados; e caso necessite firmar aditivos acrescentando serviços, atualize os prazos de execução, estipule complementação da garantia contratual e promova a elaboração de projetos básicos e a atualização dos cronogramas físico-financeiros.

Responsável pela Implementação:

- José Evangelista Silva Pereira.
- CPF: 215.461.503-15

Providências Adotadas:

- Apesar da administração adotar um sistema de planejamento a fim de cumprir a determinação, tal situação não tem sido possível, haja vista a situação atípica em que atravessa com o Plano de Expansão que só tomamos conhecimento quando da descentralização de recursos ou das autorizações de início de funcionamento das unidades.



Determinação: 003

- Adote providências para que sejam cumpridas as condições previstas no contrato, relativamente à aplicação da taxa de desconto sobre o volume das vendas de passagens aéreas, bem como da taxa de serviços aplicável sobre o volume de vendas de passagens terrestres, inclusive na recuperação dos referidos créditos oriundos da sua não aplicação, se confirmada.

Responsável pela Implementação:

- Maria de Fátima Guimarães Serra.
- CPF: 126.341.823-68

Providências Adotadas:

- Vem sendo observada as cláusulas contratuais no tocante aos descontos.

Acórdão nº 930/2008-TCU-2ª Câmara

Determinação: 001

- Com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, contados a partir da ciência da deliberação do Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, admitindo-se, nada obstante, o pagamento, sob a forma de VPNI, da parcela de quintos obtida judicialmente pelos servidores cujos atos ora se consideram ilegais, enquanto subsistirem os comandos judiciais autorizativos.

Responsável pela Implementação:

- Maria de Fátima Guimarães Serra.
- CPF: 126.341.823-68

Providências Adotadas:

- Em virtude de interposição de pedido de reexame, protocolado junto àquela Egrégia Corte de Contas, em 09.05.2008, essa unidade ficou impossibilitada de dar cumprimento ao mencionado acórdão, conforme ofício 178/2008/DRG/GABIN.

Determinação: 002

- Uma vez desconstituídas as decisões judiciais que asseguram o pagamento de “quintos” calculados com base no Adicional de Gestão Educacional, promova, nos termos do art. 46, da lei 8.112/90 e nos limites estabelecidos na lide, a restituição ao erário dos valores indevidamente pagos.



Responsável pela Implementação:

- Maria de Fátima Guimarães Serra.
- CPF: 126.341.823-68

Providências Adotadas:

- Em virtude de interposição de pedido de reexame, protocolado junto àquela Egrégia Corte de Contas, em 09.05.2008, essa unidade ficou impossibilitada de dar cumprimento ao mencionado acórdão, conforme ofício 178/2008/DRG/GABIN.

18 ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO



Atos	Quantidade	Registrados no SISAC (quantidade)
Admissão	129	123
Desligamento	11	11
Aposentadoria	05	02
Pensão	03	03

**19 DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI
DISPENSADO**





20 INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Descrição	2006		2007		2008	
	Quant.	Despesa	Quant.	Despesa	Quant.	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	561	22.292.530,00	635	27.201.890,15	592	33.823.526,00
Funcionários contratados - CLT em exercício na Unidade	-	-	-	-	-	-
Total Pessoal Próprio	561	22.292.530,00	635	27.201.890,15	592	33.823.526,00

Descrição	2006		2007		2008	
	Quant.	Despesa	Quant.	Despesa	Quant.	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	-	-	1	60.734,12	1	66.079,48

Descrição	2006		2007		2008	
	Quant.	Despesa	Quant.	Despesa	Quant.	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	27	405.212,00	38	370.462,00	23	361.353,22

Descrição	2006		2007		2008	
	Quant.	Despesa	Quant.	Despesa	Quant.	Despesa
Pessoal terceirizado Vigilância / Limpeza		722.886,62		987.638,90		1.980.404,56
Pessoal terceirizado Apoio Administrativo		297.273,96		320.037,60		593.977,09
Pessoal terceirizado Outras atividades	-	-	-	-	-	-
Estagiários	-	-	-	-	3	11.006,65
Total Pessoal Terceirizado + estagiários	0	1.020.160,58	0	1.307.676,50	3	2.585.388,30

Descrição	2006		2007		2008	
	Quant.	Despesa	Quant.	Despesa	Quant.	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	-	-	-	-	-	-
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	1	-	1	-	2	-
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	1	-	1	-	2	-

Descrição	2006		2007		2008	
	Quant.	Despesa	Quant.	Despesa	Quant.	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	4	184.813,16	5	192.802,51	6	319.821,16
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	1	-	1	-	1	-
Total Pessoal Cedido pela Unidade	5	184.813,16	6	192.802,51	7	319.821,16



Descrição	2008	
	Quant.	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da Unidade	640	27.397.056,06
Pessoal envolvido em ações de suporte da Unidade	144	6.426.469,94
Total Pessoal da Unidade	784	33.823.526,00